

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

**RELATÓRIO DO SEMINÁRIO: AMAZONIDADE,
TRANSVERSALIDADE E RELEVÂNCIA CULTURAL**

Belém/PA
Fevereiro de 2025

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO

Conselheiros Estaduais

Daniel Leão Pereira

Suplente do segmento Patrimônio Cultural Imaterial

Gabriel da Silva Mendonça

Suplente do segmento Cultura Gospel

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

Titular do segmento Música

Secretaria de Estado de Cultura do Pará

Maria Elane Gadelha Costa

Diretora de Pesquisa, Experimentação e Promoção Cultural e

Secretária Executiva do Conselho Estadual de Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
SESSÃO DE ABERTURA DA PROGRAMAÇÃO	08
1ª MESA: AMAZONIDADE, TRANSVERSALIDADE E RELEVÂNCIA CULTURAL	12
2ª MESA: VIVÊNCIA E PERTENCIMENTO CULTURAL	22
GRUPOS DE TRABALHOS E FORMULÁRIOS	49
APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS	78
MEMÓRIA DO EVENTO	80
CONCLUSÕES	91
REFERÊNCIAS	96

APRESENTAÇÃO

O I SEMINÁRIO "AMAZONIDADE, TRANSVERSALIDADE E RELEVÂNCIA CULTURAL", representou uma iniciativa do Conselho Estadual de Cultura do Pará, com apoio institucional do Governo do Estado do Pará, mediante a Secretaria de Estado de Cultura, cuja programação ocorreu no Teatro Gasômetro, na cidade de Belém, nos dias 8 e 9 de fevereiro do ano de 2025.

A programação, realizada de forma presencial e remota, foi concentrada em três objetivos: a) fomentar o diálogo acerca da dificuldade de conceituação e definição da Cultura na região; b) produzir um documento orientador sobre os critérios utilizados para a seleção de projetos culturais a partir das vivências de Mestres e Mestras, fazedores e fazedoras de Cultura em seus saberes, fazeres e ancestralidade; c) servir de ferramenta de análise, avaliação e fortalecimento do debate assertivo sobre o fazer cultural nas Amazônias.

As inscrições abrangeram o período de 27 de janeiro a 8 de fevereiro de 2025, totalizando ao final a geração de 844 pedidos, sendo 393 para participação presencial (46,6%) e 451 mediante a sala remota de zoom (53,4%). Dentre o total geral, 87 inscritos representavam o poder público (10,3%) e 757 a sociedade civil (89,7%).

Considerando-se o número de inscritos para o evento, cerca de 200 pessoas disseram fazer uso de nome social (23,7%), enquanto 644 responderam que não utilizam (76,3%). Com relação à identidade de gênero, 318 registraram Homem Cisgênero (37,7%), 4 Homem Transgênero (0,5%), 474 Mulher Cisgênero (56,2%), 1 Mulher Transgênero (0,1%), 2 Travestis (0,2%), 15 Não-Binária (1,8%) e 30 Outros (3,6%). Por outro lado, quanto à orientação sexual, 90 são Bissexuais (10,7%), 57 Gays (6,8%), 603 Heterossexuais (71,4%), 26 Lésbicas (3,1%), 18 Pansexuais (2,1%), 50 Outros (5,9%). Quanto à raça/etnia, 33 dos inscritos indicaram pertencer à amarela (3,9%), 198 à branca (23,5%), 27 à indígena (3,2%), 473 negras/pardos (56%) e 113 negras/pretos (13,4%).

No quesito faixa etária do público inscrito, registraram-se: 7 de 16 a 18 anos (0,8%), 156 de 19 a 29 anos (18,5%), 198 de 30 a 39 anos (23,5%), 239 de 40

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

a 49 anos (28,3%), 171 de 50 a 59 anos (20,3%), 63 de 60 a 69 anos (7,5%), 8 de 70 a 79 anos (0,9%) e 2 de 80 anos ou mais (0,2%).

Perguntados sobre o grau de instrução escolar, os inscritos responderam: 1 sem instrução (0,1%), 4 com Ensino Fundamental do 1º ao 4º ano (0,5%), 12 com Ensino Fundamental do 5º ao 9º ano (1,4%), 11 cursando o Ensino Médio (1,3%), 139 com Ensino Médio Completo (16,5%), 155 cursando o Ensino Superior (18,4%), 205 com Ensino Superior Completo (24,3%), 170 com Especialização (20,1%), 105 com Mestrado (12,4%) e 42 com Doutorado (5%).

Questionados se são pessoas com deficiências, 35 inscritos disseram sim (4,1%), enquanto 809 registraram não (95,9%). Com relação ao tipo de deficiência, foram indicadas as seguintes: 0 pessoas cegas (0%), 15 pessoas com baixa visão (39,5%), 1 pessoa surda usuária de libras (2,6%), 1 pessoa surda oralizada (2,6%), 0 pessoas surdo cegas (0%), 19 pessoas com deficiência física/motora (50%), 2 pessoas com deficiência intelectual/mental (5,3%).

Sobre as pessoas neurodivergentes, os inscritos informaram: 4 pessoas com transtorno do espectro autista – TEA (0,9%), 6 pessoas com dislexia (1,3%), 28 pessoas com TDAH (6,2%), 1 pessoa com AH/SD (0,2%), 0 pessoas com síndrome de Tourette (0%), 12 outro (2,7%).

Quanto à representatividade por municípios do Estado do Pará, houve agentes culturais de 74 (51,38%) dos 144 municípios existentes, inscreveram-se: 3 de Abaetetuba (0,4%), 11 de Acará (1,3%), 5 de Altamira (0,6%), 101 de Ananindeua (12%), 1 de Anapu (0,1%), 1 de Aveiro (0,1%), 4 de Bagre (0,5%), 1 de Baião (0,1%), 6 de Barcarena (0,7%), 470 de Belém (55,7%), 1 de Belterra (0,1%), 4 de Bom Jesus do Tocantins (0,5%), 8 de Bragança (0,9%), 2 de Breu Branco (0,2%), 11 de Breves (1,3%), 2 de Bujaru (0,2%), 1 de Cachoeira do Piriá (0,1%), 5 de Cametá (0,6%), 4 de Canaã dos Carajás (0,5%), 2 de Capanema (0,2%), 1 de Capitão Poço (0,1%), 21 de Castanhal (2,5%), 2 de Colares (0,2%), 1 de Concórdia do Pará (0,1%), 1 de Curionópolis (0,1%), 2 de Curuçá (0,2%), 4 de Dom Eliseu (0,5%), 2 de Garrafão do Norte (0,2%), 1 de Goianésia do Pará (0,1%), 3 de Igarapé-Açu (0,4%), 11 de Igarapé-Miri (1,3%), 1 de Inhangapi (0,1%), 10 de Irituia (1,2%), 4 de Itaituba (0,5%), 3 de Itupiranga

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

(0,4%), 1 de Magalhães Barata (0,1), 17 de Marabá (2%), 6 de Marapanim (0,7%), 7 de Marituba (0,8%), 3 de Moju (0,4%), 1 de Monte Alegre (0,1%), 6 de Muaná (0,7%), 1 de Oeiras do Pará (0,1%), 2 de Oriximiná (0,2%), 1 de Pacajá (0,1%), 2 de Paragominas (0,2%), 9 de Parauapebas (1,1%), 7 de Ponta de Pedras (0,8%), 3 de Portel (0,4%), 1 de Prainha (0,1%), 1 de Primavera (0,1%), 1 de Quatipuru (0,1%), 3 de Redenção (0,4%), 7 de Salinópolis (0,8%), 6 de Salvaterra (0,7%), 3 de Santa Bárbara do Pará (0,4%), 1 de Santa Luzia do Pará (0,1%), 6 de Santarém (0,7%), 1 de Santarém Novo (0,1%), 5 de São Caetano de Odivelas (0,6%), 1 de São Domingos do Capim (0,1%), 1 de São Francisco do Pará (0,1%), 1 de São João da Ponta (0,1%), 1 de São João de Pirabas (0,1%), 5 de São Miguel do Guamá (0,6%), 7 de São Sebastião da Boa Vista (0,8%), 1 de Senador José Porfírio (0,1%), 1 de Terra Alta (0,1%), 1 de Terra Santa (0,1%), 2 de Tucumã (0,2%), 3 de Tucuruí (0,4%), 1 de Ulianópolis (0,1%), 2 de Vigia (0,2%) e 2 de Viseu (0,2%).

Sobre o segmento cultural ao qual se vincula o agente cultural ou trabalhador da cultura, as respostas evidenciaram que: 40 em Artes Visuais (4,7%), 74 em Artesanato, Moda e Design (8,8%), 54 em Audiovisual (6,4%), 5 em Circo (0,6%), 44 em Culturas Afro-Brasileiras (5,2%), 20 em Cultura Alimentar (2,4%), 32 em Cultura Digital (3,8%), 10 em Culturas Indígenas (1,2%), 9 em Cultura Gospel (1,1%), 127 em Culturas Populares (15%), 25 em Cultura Urbana Periférica (3%), 53 em Dança (6,3%), 60 em Livro e Leitura (7,1%), 55 em Música (6,5%), 26 em Museu e Memória de Base Comunitária (3,1%), 103 em Patrimônio Cultural Imaterial (12,2%), 14 em Patrimônio Cultural Material (1,7%), 48 em Pontos e Pontões de Cultura (5,7%), e 45 em Teatro (5,3%).

Com relação aos eixos escolhidos pelos inscritos, tem-se que: 309 no Eixo 1. Patrimônio e Memória (Patrimônio Imaterial e Material, Pontos e Pontões, Museus e Memoriais, Cultura Popular) (36,6%), 59 no Eixo 2. Cultura Indígena (Cultura Indígena, Cultura Afro-brasileira, +LGBT, PCDs) (7%), 136 no Eixo 3. Sustentabilidade (Cultura Alimentar, Artesanato, Moda e Design, meio ambiente, economia criativa) (16,1%), 156 no Eixo 4. Multilinguagens. Grupo A (Circo, Dança, Música, Teatro) (18,5%), 101 no Eixo 4. Multilinguagens. Grupo B (Artes Visuais, Cultura Gospel, Cultura Urbana e Periférica, Livro e Leitura) (12%) e 83 no Eixo 5. Tecnologias (Audiovisual, Cultura Digital) (9,8%).

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

A programação foi estruturada em diferentes atividades, tais como: no dia 8 de fevereiro de 2025, ocorreu a Sessão de Abertura, às 14h, com a Programação cultural: apresentação do Boi Marronzinho; às 14h30 Abertura Oficial do evento; 15h30 a Mesa: Amazonidade, Transversalidade e Relevância Cultural, com os expositores Gilson Penalva, Zélia Amador de Deus e Kauacy Wajãpi. Às 17h30 intervalo e às 18h Mesa: Vivências e Pertencimento Cultural, com a participação de mestres e mestras da Cultura Popular e pesquisadores; às 20h Encerramento, com a apresentação cultural do Grupo de Carimbó Bico de Arara, de São Caetano de Odivelas. No dia 9 de fevereiro de 2025, às 9h Grupos de Trabalhos para encaminhamento de propostas dos eixos: Patrimônio e Memória; Diversidade; Sustentabilidade; Multilinguagens; e Tecnologia. Às 13 horas, houve o encerramento do Seminário com a apresentação cultural do Grupo de Capoeira Maery, da cidade de Ananindeua. O Seminário, portanto, ao transversalizar culturas, fazeres e saberes, oportunizou o encontro e diálogo entre pessoas com variadas faixas etárias; diferentes graus de escolarização; cor e gênero diferentes; pessoas com e sem deficiências e as neurodivergentes; representando o poder público e a sociedade civil; provenientes de municípios das diversas Regiões de Integração do Pará; setorizadas em distintos segmentos da cultura; vinculadas a um dos 5 eixos nos quais se estruturou a programação.

Essa diversidade, porém, atravessou os diálogos realizados na abertura da programação; nas duas mesas de discussões; nas respostas registradas no Formulário aplicado, visando o registro das manifestações dos agentes culturais, nos grupos dos eixos temáticos; assim como nas apresentações dos grupos culturais.

Dessa forma, o Seminário cumpriu com as finalidades previstas, permitindo a reunião presencial e remota de parte dos agentes culturais e fazedores de cultura do estado do Pará e a discussão propositiva quanto aos quesitos a serem observados no processo de formulação de editais e processos seletivos, relacionados à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e em relação às políticas públicas culturais em geral, que devam ser implementadas no território paraense dessa Amazônia pluricultural.

SESSÃO DE ABERTURA DA PROGRAMAÇÃO



O I Seminário realizado pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado do Pará (CEC/PA), trouxe como temática: **Amazonidade, Transversalidade e Relevância Cultural**, o momento que é pioneiro no CEC/PA reuniu representantes do Escritório Regional do Ministério da

Cultura no Pará, sendo Thelma Saraiva, do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais, o conselheiro Antônio José Ferreira e do Conselho Estadual de Cultura a presidente, secretária Úrsula Vidal e a vice-presidente conselheira Denilse Rabello. Na oportunidade os representantes puderam externar suas contribuições acerca do evento e pontuar a importância dessas discussões na representação dos fazedores de cultura nas diversas regiões do estado do Pará.

Para fazer uso da palavra, convidou-se a vice-presidente do CEC/PA, conselheira titular do Setorial de Patrimônio Cultural e Imaterial, **Denilse Rabello**, com saudações aos presentes, que externou o seguinte: “Esse seminário foi pensado e planejado com muito carinho pelo Conselho Estadual de Cultura, junto com a secretaria. Então, é com imenso prazer que a gente recebe todos aqui nesse seminário, que tenho certeza de que vai ser de grande sucesso, superpositivo para a nossa cultura”.

Após essa breve saudação, foi convidado a fazer uso da palavra o representante do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais, o conselheiro suplente de Culturas Populares, **Antônio José Ferreira**. A gente fica muito feliz de estar participando desse primeiro seminário e, nesse ato, representando o Fórum Nacional de Conselhos. Onde a missão do Conecta hoje é estar participando e, ao mesmo tempo, trocando ideias com os conselhos estaduais e municipais de cultura. Hoje, o Conecta está envolvido diretamente, discutindo

com os escritórios regionais e estaduais. O PNC, para quem participou durante o ano passado, as escutas do PNC aqui no Pará aconteceram, estão acontecendo e também da reforma do sistema nacional.

Então, o Conecta hoje, a missão dele é essa, é estar ao lado dos conselhos, contribuindo com os conselhos estaduais, e, mais do que nunca, eu, enquanto conselheiro deste conselho, mesmo sendo suplente, me sinto feliz em estar representando este conselho no Conecta. Primeira vez que um seminário desse está acontecendo, com a participação da sociedade civil, com mais de 400 pessoas inscritas, aceitaram o chamado do conselho, para nós estarmos trocando essa figurinha e discutir os rumos dessa nossa cultura, dessa nossa diversidade amazônica. Uma diversidade amazônica onde precisamos muito, onde existe essa famosa distância amazônica, para nós chegarmos até aqui no bairro do Guamá, que, por sinal, hoje o bairro do Guamá está fazendo 275 anos. É um dos bairros mais antigos e populosos do nosso estado, da nossa Belém.

Em sequência, foi convidada a fazer uso da palavra a representante do Escritório Regional do Ministério de Cultura no Pará, **Thelma Saraiva**: “A gente está com esse tema, que eu achei muito interessante, esse seminário, a Amazonidade, Transversalidade e Relevância Cultural. Principalmente, no momento que nós vivemos hoje, que a gente está debatendo a sustentabilidade através desse grande evento internacional que vai acontecer aqui na nossa cidade, a COP 30. E, claro, o setor cultural não podia ficar de fora desse debate. Então, a gente precisa entender o quanto esse setor é valioso e o quanto esses seminários, inclusive, estão de parabéns, a esse conselho, o Conselho Estadual, com o apoio da Secretaria de Cultura, porque eu não vi até hoje, com muita sinceridade.

Mas o Conselho Estadual viu isso, está de parabéns. E os conselheiros também, porque a gente sabe que isso também não é imposição da sociedade civil, mas é a sociedade civil, por meio de reuniões, obviamente, conversar com o poder público e dizer, não. Mas, a gente precisa ser ouvido, porque a ideia do conselho é isso, é fazer a sociedade civil também ser ouvida. Eu digo que isso é uma novidade muito importante, muito interessante, porque é uma gestão compartilhada que a gente tem hoje entre o poder público e a sociedade

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

civil, por meio das atividades que o Comitê de Cultura faz, atividades de formação, atividades de fomento, que é uma grande sacada, porque, quando a gente tem um governo democrático e popular, a gente precisa que a sociedade civil esteja com a gente.”

Após essa contribuição, foi convidada para fazer uso da palavra a secretária de cultura e presidente do CEC/PA, **Úrsula Vidal**. Com saudações a todos os presentes, a presidente do conselho, agradeceu o trabalho realizado pelos conselheiros junto à sociedade civil e aproveitou o momento para retificar algumas considerações acerca dos editais da Política Nacional Aldir Blanc, lançados pela Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT/PA). Após essa consideração, chamou todos os conselheiros para apresentá-los aos participantes e identificar cada titular e suplente dos setoriais representados pelos conselheiros da sociedade civil e poder público.

A secretária pontuou também sua satisfação com o conselho que trabalha arduamente: “Não é fácil. Tem dia que a gente acha que a gente não vai conseguir terminar a reunião, mas olha, nós estamos aqui com os primeiros editais lançados, temos um caderno de orientação que nós vamos lançar hoje, com esse seminário, que eu não vou falar muito nesse seminário, porque esse seminário foi uma exigência deste Conselho. Eu não diria que precisou exigir, porque ninguém achou que não era para fazer.

Desde o começo, a gente entendeu que isso era uma obrigação. Para dizer o seguinte, pareceristas, seja do Pará, seja de São Paulo, seja do Mato Grosso do Sul, porque muitas vezes os pareceristas estão contratados de fora do Estado, porque muita gente que trabalha aqui, nos nossos setoriais, é proponente dos projetos. Precisam entender a realidade amazônica. E esse Conselho disse que nós precisamos ensinar essas pessoas o que é fazer política cultural, o que é fazer cultura, arte, manutenção de tradições e saberes, transmissão de conhecimento, cultura popular.

Não entendem a Amazônia, não sabem o que é a Amazônia. E quem vai ensinar para esses pareceristas como se faz cultura, principalmente a cultura popular, nesse chão e nesses rios, são esses mestres e mestras. E esse conselho disse, vamos organizar, porque não podemos iniciar um processo de

política pública sem fazer com que essas pessoas digam como elas fazem cultura e orientem essas pessoas que vão fazer essa avaliação dos projetos.”

A secretária também aproveitou o momento solene para fazer o lançamento do Guia de **Cultura, Sustentabilidade e Mudanças Climáticas: Das ideias à ação**. A secretária compartilha também que o guia conta com doze estudos de casos. “Ele tem uma articulação com 42 Ministérios da Cultura do mundo todo, que estão se esforçando para incluir dentro das NDCs, que são os compromissos dos países com as mudanças climáticas, a cultura e a arte. Então, esses 12 casos estudados a gente tem Arraial do Pavulagem, Festival Serrasgon, Surara do Tapajós, Associação Indígena Wikwakwara, Associação Sociocultural Outros Nativos e Pretinhos do Manguê.

Então, esses 12, essas 12 práticas culturais foram casos avaliados à luz desses conceitos de sustentabilidade, educação ambiental, compromisso com as mudanças climáticas. Os projetos que trouxeram no seu bojo, no seu conceito, esses compromissos e essas ações ambientais são projetos que tendem a ter uma avaliação muito melhor, porque isso também são diretrizes. O nosso conselho tem pensado sobre isso, como é que a gente vai fazer o assentamento desses conceitos também nos próximos editais da PNAB”, afirmou a secretária e presidente do conselho, Úrsula Vidal.

Em seguida, a Secretária convidou os integrantes do Conselho Estadual de Cultura a ocuparem o palco, a fim de que pudesse ser feita a apresentação dos titulares e suplentes, o devido registro fotográfico e audiovisual. Posteriormente, encerrou-se essa sessão.

1ª MESA: AMAZONIDADE, TRANSVERSALIDADE E RELEVÂNCIA CULTURAL

O I Seminário realizado pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado do Pará, tratou sobre a temática de **Amazonidade, Transversalidade e Relevância Cultural**. É sabido



que o contexto amazônico é diverso não apenas na fauna e na flora, mas na pluridiversidade do fazer cultural. Diante dessa ótica, o seminário trouxe convidados dos quais buscaram explanar conceitos defendidos pela academia. Mas, buscou referenciar a vivência amazônica em suas perspectivas únicas. Essas discussões, tecem um teor importante, não apenas à luz dos conceitos, mas, nas bases as quais regem a cultura e o fazer cultural de cada fazedor de cultura amazônica.

Foram convidados para compor a mesa, a professora doutora Zélia Amador de Deus, especialista em Cultura, Literatura, Política de Ação Afirmativa, Educação e Afrodíaspóra pela UFPA. O professor doutor Gilson Penalva, que é especialista em Transversalidade Cultural Amazônica, Memória, Identidade, Oralidade, Diferença Cultural pela UNIFESPA, e por fim, a líder indígena, remanescente em território urbanizado, atriz, arte-educadora, palestrante e graduanda em licenciatura de Ciências Biológicas, conselheira do setorial de culturas indígenas Kawacy Wanyapi. E, para mediar a mesa, a conselheira titular dos Pontos e Pontões de Cultura, Dulcideia Palheta.

Para iniciar as discussões, a professora **Zélia Amador** trouxe uma reflexão na questão da transversalidade: “tema complicado. Por que é transversal? Transversal é o que atravessa, o que rompe com a continuidade e atravessa. Então, nos países, nos lugares que foram colonizados, é muito comum a gente falar de transversalidade. E transversalidade, nessa suposta transversalidade,

estão contidas as vozes que foram silenciadas. Agora, por que transversal? E a minha quezília é exatamente com o transversal. Por que não central? Quando a gente fala em transversal, é algo que atravessa. Algo que não é central. O transversal, supostamente, atravessa aquilo que foi centralizado.



Atravessam, rasgam, esgarçam esse tecido e vem à tona. E aí não se sabe muito como tratar, porque isso é uma situação de insubordinação, de não se submeter. E a gente não sabe muito como tratar o clamor dessas vozes que romperam com o tecido da centralidade e vieram à tona e estão aqui. E é por isso que o conselho fala dessa transversalidade. Na verdade, talvez a gente gostasse de falar da centralidade e não da transversalidade. Acontece que como nós aprendemos que o nosso fazer, ele está fora da cultura oficial, então a gente chama para esse nosso fazer, para esse nosso saber, para essa nossa ação cotidiana de transversal.

Porque ela rasga o tecido da cultura oficial. Rasga, vem à tona, vai para a cena, fala, diz o que quer e mostra quem somos nós. Então, não podem silenciar as nossas ações. Porque tudo que nós fazemos, nós humanos fazemos, é cultura. Tudo. O nosso modo de ser, o nosso modo de estar, o nosso modo de viver, é a nossa cultura. Pela cultura, a gente pensa, a gente fala, a gente come, a gente age. Aí eu penso, bom, mas nós estamos num determinado espaço. E esse espaço é o Brasil, é o estado do Pará, é a região amazônica. E a gente tem orgulho de dizer, inclusive, que somos da Amazônia. Embora não tenhamos apenas uma Amazônia. A Amazônia não é única, mas ela é plural. E ela não é apenas brasileira. A Amazônia, ela sai do território brasileiro e ela está em outros territórios, em outros países.

E nesse momento, a Amazônia tem uma importância grande para o mundo. E ainda mais em tempos de COP-30, que vai ser aqui no estado do Pará, aí a Amazônia está no centro. E nós estamos aqui. Nós somos os humanos e as humanas da Amazônia. Mas aí tem uma leitura que se vende da Amazônia para o resto do país e para o resto do mundo. Essa leitura muitas vezes foi oficializada por meio da literatura. A literatura se incumbiu, mas, felizmente, há

resistência e a resistência é que faz com que estejamos aqui, os povos originários estejam aqui.

A resistência é que fez também com que esse estado em que vivemos tenha mais de 400 comunidades remanescentes de quilombos. Ora, os quilombos estão no Brasil desde o processo de escravidão. A Lei Áurea, a escravidão foi abolida e aí se pensou que tudo tinha acabado, tudo tinha normalizado. Mas, tarde, os quilombos ressurgem e vêm para a cena, exigindo fazer parte da narrativa de nacionalidade brasileira. E hoje, você não pode mais pensar no Brasil sem pensar nas populações quilombolas. Até 1989, não se falava de quilombo.

Os povos indígenas atravessam cotidianamente as narrativas ou a narrativa de que esta é uma sociedade pacífica, harmônica, não existe, que está em cena, são os conflitos. E que, se você não se dispõe a crescer a partir das discussões, dos conflitos, você não avança. Você discute os conflitos, negocia, cria novas realidades e avança. Se assim não fizer, você não consegue avançar. Então essas, que eu penso, são as transversalidades que atravessam a cultura oficial, rompendo com a suposta normalidade e criando, abrindo espaço para que novas narrativas surjam, para que novas narrativas venham para a cena e disputem. Então, esta é uma sociedade em que a gente deve bendizer os conflitos, porque eles são importantes para que a gente avance, para que a gente cresça.” Essas foram as considerações feitas pela professora.

Em sequência, o professor **Gilson Penalva** pontuou suas contribuições acerca da temática do seminário: “Então, sobre o conceito de Amazonidade, o primeiro fragmento é da Marisa Veloso, que ela diz assim, ‘é preciso aprender a ouvir outras vozes, escutar narrativas esquecidas ou emergentes, torná-las produtivas na dinâmica política da história, buscando, por meio desse procedimento, indicar as articulações entre cultura e política, entre estética e ética’. Esse aí é o fragmento da Marisa Veloso. O outro fragmento é do Donald Schuller, que diz assim, ‘já não há motivos para que a periferia, outrora lugar de fracasso, da decepção, do proibido e do temido, esconda a hibridez’.



Então, eu comecei a reflexão sobre a questão da Amazônia, dos processos de identificação cultural na Amazônia, e aí eu inicio falando que estudar a literatura e a cultura da Amazônia será de fundamental importância levar em consideração a pluralidade e a diversidade que marcam essa região. Então, o conceito de amazonidade, ele é um conceito que está associado a questões de identidade.

A região amazônica é ampla e complexa. Para discutir esse conceito de amazonidade, ele é um conceito que não é simples, ele é um conceito complexo, tendo em vista essa pluralidade da Amazônia. A ideia que eu trago hoje para vocês é discutir esse conceito de amazonidade a partir de pressupostos metodológicos da transversalidade e da transdisciplinaridade. Uma abordagem transversal e transdisciplinar marcada pela ideia de movência, mobilidade e instabilidade. Pressupostos imprescindíveis para se pensar processos de identificação cultural na Amazônia. Historicamente, a ideia de cultura amazônica foi ou tem sido construída, a partir de processos que elegem e hipervalorizam uns elementos e excluem outros.

Os elementos valorizados são justamente aqueles apontados pelo olhar do colonizador. Na literatura produzida, na e sobre a Amazônia, o exemplo dos relatos de viagem, aliás, há exemplos dos relatos de viagem e outros discursos que este espaço aparece, aliás, este espaço aparece geralmente associado à barbárie e à selvageria. É o espaço do não civilizado. Vamos colocar outro exemplo, o Inferno Verde, do Alberto Rangel, de 1972. Euclides da Cunha, outro escritor também, que escreve nessa perspectiva da Amazônia como um espaço não apropriado para a vida. Essas ideias preconceituosas com relação à Amazônia se repetem desde os primeiros contatos dos europeus com a Amazônia, no início do século XVI.

Nós observamos uma espécie de negação, inferiorização e apagamento das culturas, das diversas culturas desta região. O espaço amazônico foi sendo configurado a partir do discurso do estrangeiro sobre a região, uma demonstração de estranhamento com a alteridade. Essa ideia de amazonidade requer rompimento com os tradicionais pontos de referência étnico-raciais e linguísticos que, historicamente, serviram para identificar a cultura amazônica

ou as culturas amazônicas. A amazonidade está sempre associada, sob esta perspectiva, com o hibridismo cultural e com a alteridade.

Em vez do consenso e da racionalidade entre disciplinas e saberes isolados, democratiza-se os saberes, busca-se o diálogo constante e relativiza-se a ordem disciplinar para revitalizar os saberes em busca de uma unificação do conhecimento. Segundo Domingues, que é um autor que nós utilizamos para discutir o conceito de transdisciplinaridade, ele diz que essa abordagem transdisciplinar, essas abordagens são, segundo ele, as abordagens unificadoras assentadas em conceitos transversais e compartilhando objetos, temas e problemas. São exatamente estas abordagens unificadoras e abrangentes que caracterizam a metodologia trans e a distinguiria das abordagens multi e inter e simplesmente disciplinar.

Nesse aspecto, pode-se dizer que o conceito de Amazonidade possui um propósito de resistência cultural, tendo em vista que surge do desejo autóctone de releitura dos parâmetros culturais impostos pelo colonizador. O movimento para além, proposto pelo prefixo trans, é muito importante para se pensar a Amazonidade que rompe com uma estabilidade conceitual, com base em binarismos maniqueístas. Apesar da pluralidade, da diversidade e da diferença, a Amazônia possui elementos que constituem a sua identidade cultural, construída a partir do seu imaginário coletivo e dos discursos elaborados sobre essa região.

No desenvolvimento desse conceito, nós lembramos de narrativas, algumas narrativas de Milton Hatum, que é um escritor do Amazonas, *Dois Irmãos, Relato de um Certo Oriente, Cinza do Norte*, para poder observar nessas narrativas esses elementos, esses elementos que a gente está falando, que marcam essa diversidade cultural. O desafio para se pensar esse conceito de amazonidade é pensar na identidade cultural da Amazônia como processos de identificação cultural, que, ao se distanciar de vestígios de fixidez e regularidade, procura apagar qualquer noção de homogeneidade que marcou a crítica cultural sobre a produção da Amazônia.” Concluiu o professor.

Para fomentar o momento de reflexões, a mediadora Déia Palheta, salientou um questionamento: “Adorei! Então, amazonidade no entendimento, nas

palavras sutis, acadêmicas, com seus respectivos sinônimos e tudo mais, do professor Gilson, a gente encontra um pouco de nós. Essa nossa amazonidade embutida nos conceitos. E quando é que a academia vai, professor, se voltar para nós? Quando é que a gente vai transformar a academia? A minha crítica, minha grande crítica à academia da qual pertença e eu acredito que da maioria



aqui, essa amazonidade estudada, investigada, somos nós aqui, quando estamos nos terreiros, quando estamos nas rodas, em que muitos vêm para pesquisar. É isso. Descobrir a amazonidade, não é isso? Descobrir a amazonidade, muitos querem descobrir a amazonidade.”

Para finalizar o momento de falas da mesa, introduziu-se as concepções da convidada e conselheira **Kawacy Wanyapi**: “Quando falamos nessa transversalidade, isso dói na nossa pele. Isso dói quando a gente não se encaixa nos parâmetros dos grandes projetos. E há os pareceristas que nos avaliam, avaliam os projetos dessas pessoas que veem, que não sabem, às vezes, colocar dentro da linguagem, dentro das conformidades dos editais, passar isso aqui.

O que é isso? O que é isso? O que significa isso? Por quê? Aí eu pergunto, por que nós temos que nos adaptar à linguagem técnica e os técnicos não têm que se adaptar à nossa linguagem? Então, aprendam conosco também o que nós somos. Aprendam conosco como nós nos comunicamos. Então, se é para ser inclusivo, vamos ser inclusivos.

É a nossa identidade amazônica, sabe? É isso que tem que ser preservado, é a nossa identidade. O respeito ao que nós somos. E fazer com que as pessoas se adaptem ao nosso modo de fazer a cultura e não nós nos adaptarmos toda a vida ao modo colonial de impor as coisas sobre nós. Porque tudo que nós temos, que nós somos de cultura, tem resquício colonial.

Então, nós devemos olhar de uma forma sensível e se apropriar da nossa cultura amazônica propriamente dita, daquilo que nós somos. Não querer imitar aquilo que nós vemos, porque isso nós já fizemos todos esses anos. Nós somos amazônicas. Então, a identidade é nossa. Essa transversalidade que nos parte

na cultura, na identidade, na fala, no fenótipo, ela precisa ser derrubada. Quando a gente fala o que a gente é e se apropria do que a gente é, ninguém mais vai dizer para a gente quem nós somos e nós somos amazônidas.” Externou a conselheira.

Para iniciar o momento de debates, a mediadora Deia Palheta pontuou algumas questões: “Transversalidade é porque nós rasgamos esse tecido, aí, nós incomodamos. Quem é o professor de uma universidade que vive a cultura, que defende ela, que não é hostilizado pelos seus, que não passa preconceito. Somos sim, porque nós vamos no âmago, porque nós não somos transversais, gente. Importante a reflexão para que a academia entenda, entenda esse conceito dessa Amazônia, que não é única. Ela é cheia de matrizes, né? Precisamos respeitar uns aos outros. Precisamos entender os fragmentos que nós somos.”

Após esse momento, abriu-se falas aos fazedores de cultura que estavam presentes no evento, alguns questionamentos foram considerados, tais como: Quais são os instrumentos, principalmente que o poder público pode utilizar para reconhecer essas populações e fazer com que essa compreensão, que às vezes a população, no geral, não tem, que o que nós fazemos, o que nós produzimos, a nossa forma de viver, de ser, de estar no mundo, é também cultural? E esse ser cultural da gente, protagonista, ele subverte o que a ideia hegemônica, a ideia dominadora que diz para a gente que é cultura.”

Outro participante pontua: “Então, os nossos mestres de cultura, eles podem se inscrever nos nossos editais através de vídeo. Como é que a gente faz isso? A gente criou especificamente um WhatsApp só para inscrição no edital da Lei Aldir Blanc, e aí esses mestres de cultura vão até um determinado local que a Secretaria de Cultura marca com eles e lá mesmo a gente grava o mestre contando toda a sua história, toda a sua trajetória, tudo o que ele faz na sua comunidade e isso já serve para a gente como uma inscrição desse mestre. Porque é uma forma que a gente pensou de ser acessível a esse fazedor de cultura que não vai entender em nenhum momento uma linguagem muito técnica, muito formal e que a gente sabe que esse edital que é técnico não vai chegar até ele e não vai alcançar ele e ele não vai se inscrever em nada e ele

vai continuar lá no canto dele, não sabendo que existem essas oportunidades para ele.”

A professora **Zélia Amador**, respondeu quanto ao primeiro questionamento: “As perguntas que foram feitas aqui, para atender a pergunta, como ter acesso, não é isso? Para atender. A tua pergunta foi, o que o estado deve fazer, não é isso? Estado e sociedade. Eu, por exemplo, acho que os editais, eles ainda não atingem todas as pessoas que fazem cultura. Eu costumo trabalhar com edital. O governo brasileiro, os governos, porque é direita, é esquerda, tem uma forma de edital muito burocrática, que dificulta, de um modo geral, a leitura, é dificultada para a população.

Isso não é uma transversalidade, mas é um atravessamento cotidiano na vida daquelas pessoas que produzem a cultura e que querem transformar o seu trabalho em espetáculo. Isso eu acho que é uma coisa que a gente devia pensar. O conselho tem que estar preocupado com essa questão da linguagem. A linguagem tem que ser acessível a todas as pessoas. Caso contrário, vão surgir os atravessadores.” Externou a professora.

Já a palestrante **Kawacy**, respondeu ao segundo questionamento: “Estamos aqui para fazer esse esclarecimento, exatamente para tentar uma facilitação, uma mediação das linguagens, para que se torne mais acessível, mais compreensível e mais inclusivo. Os editais, para que todos possam aderir, para que todos possam estar, como o exemplo a experiência deles através da oralidade, também é um item que nós colocamos para poder olhar a questão dos mestres, dos indígenas que não falam nossas línguas, das pessoas que não têm como ter acesso à internet, acesso a algum lugar, para poder fazer as suas inscrições e poder aderir à questão dessas políticas, porque é um direito, aderir às políticas para que possamos ter um melhoramento na cultura, porque não adianta ter políticas que não possamos acessar. E, quando falamos nessa questão sobre a amazonidade, sobre a identidade, falamos sobre a questão dos indígenas, dos negros e dos quilombolas.”

Outro questionamento feito à mesa, foi: “A mesa, eu sei que não temos, vamos dizer, diretamente representantes do Estado, mas se tratando de diversidade amazônica, transversalidade, eu gostaria de, assim, de fato, vocês, o que vocês

dariam como exemplo e, ao mesmo tempo, se tratando principalmente das questões religiosas? Todos, de fato, vamos dizer assim, consideram todos relevantes? E é um questionamento a todos. Então, mas, a gente nota que às vezes não, vamos ver, no real isso não se dá, e aí eu digo aqui o meu momento como cristã evangélica, que isso não tem sido feito!”

Em resposta ao questionamento das religiões, o professor **Gilson Penalva**, pontua: “A cultura cristã não faz parte dessa cultura minorizada, pelo contrário, é o projeto dos colonizadores. Mas eu não estou dizendo que tem que estar excluído, mas eu acho que é como se fosse o branco lutar, quem vai lutar é o negro, que foi o grupo excluído, é a mulher que tem que lutar pela cultura falocêntrica, machista. Quem vai lutar? É a mulher que é do grupo minorizado, não tem o grupo de defesa dos homens, da cultura dos homens, não existe porque é hegemônico. Então eu acho que todas as culturas, um conselho de cultura do estado, a secretaria, precisa ver a cultura de todos, é diverso, a diversidade. Mas eu acho que a luta primeira é dos grupos minoritários, historicamente, que tiveram os terreiros fechados pela polícia, que tiveram os grupos indígenas que não foram considerados. Então esses grupos, que historicamente precisam e devem para o combate ao preconceito religioso, linguístico, étnico-racial.”

Para encerrar essa mesa, a mediadora Déia Palheta reitera: “Bom, antes de fazer o agradecimento, eu gostaria de falar para todos os fazedores de cultura que estão me ouvindo nesse momento. A professora Zélia fez um apontamento com relação à dificuldade que nós, enquanto fazedores de cultura, temos com relação aos editais, a dificuldade desses editais, as formas técnicas e as formas de entendimento. Então, eu queria dizer, nesse momento, para todos os pareceristas que nos analisam, para todas as pessoas que julgam os nossos projetos, que analisam os nossos projetos, que essa dificuldade certamente chega neles, porque eles não conseguem entender o nosso fazer cultural, eles não conseguem entender a linguagem que nós colocamos nos nossos projetos. E esse conselho tem a missão de fazer com que os pareceristas entendam as nossas mazelas, as nossas dores, porque você dizer, ainda agora a amiga falou sobre a questão da acessibilidade, latitudinal, longitudinal, e não é para você colocar no seu projeto todas as acessibilidades. E tem parecerista que entende

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

dessa forma. Então, tem coisas que precisam ser ditas para que as pessoas entendam, respeitem os nossos trabalhos. Quem escreve projeto, escreve projeto na linguagem que é devida e na linguagem que nós entendemos que as pessoas precisam conhecer, que as pessoas que estão com a gente precisam entender. Então, respeitem o nosso trabalho.” A mediadora conclui e encerra com agradecimentos.

2ª MESA: VIVÊNCIA E PERTENCIMENTO CULTURAL



Para o desenvolvimento dos trabalhos nesta mesa, foram convidados mestres e mestras com conhecimentos sobre os saberes e práticas culturais, de modo, a partilharem com o público suas trajetórias enquanto fazedores de cultura. Como sistemática metodológica, contou-se com a abertura da seção feita pela mediadora, o momento das exposições e a etapa das perguntas do público que estava presente, ou, assistindo e participando da programação de forma remota.

Mediadora Conselheira **Kawacy Wajãpi**: “Bem, saúdo todos, vamos aqui, começar. Eu digo que a nossa mesa de saberes, de pessoas que realmente sabem, entendem de todas as coisas que nós precisamos saber, porque nós precisamos aprender cada dia mais um com os outros, sobre todas as especificidades em relação à cultura, em relação à vivência, e isso é muito importante e somador para todas as nossas vidas, então vamos com o Mestre Ferro.”

Mestre Ferro: “Boa noite, axé a todos. Na capoeira, meu apelido é Ferro do Pé, e sou mestre na prática. Estou na capoeira desde os meus oito ou nove anos, sou caiçara do rio Xingu, do rio Cupijó, no Baixo Tocantins. Conheci a capoeira, eu tenho a felicidade, eu digo assim, que eu tenho a felicidade de poder ter vivido a capoeira em vários âmbitos, inclusive, quando ainda nós não tínhamos a prática usual dela com o berimbau, em Belém, lá nos anos de 66,

67, quando a gente aprendia a capoeira na rua mesmo, brigando para se defender, né? E a gente se sente muito honrado de estar aqui participando. A gente nesse momento pede licença aos nossos mais velhos, à nossa ancestralidade, que possamos ser conduzidos da melhor maneira possível para que possamos alcançar os nossos objetivos, o êxito deste seminário. Sobretudo, *haverão* várias falas, mas sobretudo, na questão do entendimento dos pareceristas, né? De entenderem a nossa diversidade de prática, quando a gente fala em a amazonidade, que é o nosso jeito de fazer, não simplesmente da nossa linguagem própria, mas também das nossas dificuldades pela nossa questão geográfica. A questão da transversalidade nos remete também a essa pluralidade cultural, né?

Sobretudo pela diversidade de pensamento, pela diversidade cultural, de como que nós fazemos cultura na Amazônia. Como foi falado na primeira apresentação do *boi*, muito mais do que resistir é resgatar, porque dentro deste complexo ambiente que nós vivemos hoje, de modernidade, a gente percebe que a nossa cultura, ela não se dobra a essa modernidade, ela aproveita dessa modernidade, mas ela se mantém praticando com sentimento, entendendo que são feitos por pessoas, para pessoas e não é apenas uma coisa que é imensa, uma coisa que é ímpar, uma coisa que é, parece que única. Todos nós, apesar de toda essa diversidade que é de fazer, qualquer uma das práticas culturais que tenhamos, ainda assim, nós temos um ponto em comum, que é o trabalhar com sentimento e trabalhar resgatando pessoas dentro de um processo de resistência.”

Mestra Eneida Melo: iniciou sua fala com uma poesia:

A artista popular,
nesse país de riquezas e misérias,
tem histórias para contar.
De rios sofridos
com destino a lamentar.

De políticos ignorantes
que trazem o inferno para cá.
Das crianças emasculadas,
da justiça velha e falha
sem poder solucionar.

No inferno quase *Dante*,
a esperança é constante.
Todos querem melhorar.
E vibrando em tom maior,
esperando em tom menor,
É aqui que eu vou ficar.

“Essa poesia é da minha mestra, Socorro Damasceno, e faz parte da nossa história, na Transamazônica e no Xingu.

Eu me chamo Eneida de Mello, sou artista, educadora popular, terapeuta, naturopata, e também sou Ekedí de Fundamento do Terreiro de Lei de Ogum Bera mar, no qual a minha mãezinha está presente. E, em nome dela, eu peço licença aos mais velhos e peço a bênção para que a gente possa conduzir o nosso trabalho. Eu nasci em Belém e me criei aqui, fiquei aqui até os 22 anos. Mas a minha história, a minha trajetória, e, ao longo do debate, eu fiquei pensando, onde é que eu me encaixo? Porque, mesmo sendo de Belém, eu ainda sofro preconceito porque eu estou no interior. Então, já aconteceu muitas vezes de eu vir aqui fazer trabalhos. Mas, por que tem que ser gente do interior para vir ensinar para a gente que está na capital? Então, acho que a gente já tem que começar a pensar por aí. E começar a olhar de frente, a olhar para o outro diferente, para nós. Um olhar para o outro diferente.

E a minha trajetória dentro do Xingu começou em 92. Meu pai migrou para lá em 70. E, em 72, eu comecei a ir para lá, até que eu me fixei e me enraizei nessa história absurda, que eu acabei de contar para vocês. Em 92, vai fazer 33 anos que eu estou lá. Eu me sinto parte e me sinto enraizada. E foi assim que eu me encontrei, lá com os meus pares, que são pessoas que vêm de todos os lugares do Brasil.

Porque, quando eu falo de Altamira, eu nem gosto de falar só de Altamira, eu gosto de falar do Território da Transamazônica e Xingu, porque a gente sempre atua de forma articulada. Então, são, pelo menos, 14 municípios que a gente circula, que a gente atua, que a gente interage e que a gente consegue mapear os mestres. E foi assim que o nosso trabalho começou fazendo arte e fazendo o que nós chamamos de um mapeamento sociopoético e socioambiental da realidade do Território da Transamazônica e Xingu.

Então, foi uma política pública que chegou até nós. Veja bem, a gente nem tem tanto acesso a Belém e as informações e os recursos que o estado disponibiliza, mas, a gente teve a oportunidade de acessar o governo federal e instituições estrangeiras que começaram a nos ajudar. Que começaram a nos apoiar e nos acompanhar. E foi assim que a gente sobreviveu, eu posso dizer assim, de 2005 para cá. Porque nós tivemos altos e baixos, mas a gente foi mantendo o nosso trabalho da forma que era possível. Porque a gente não trabalha só na cidade, a gente trabalha na zona rural, na zona ribeirinha. A gente vai para as comunidades indígenas, aquele território é um mosaico de terras indígenas, unidades de conservação, reservas extrativistas, as cidades são suburbanas.

Então, é uma complexidade, uma cidade muito grande, que não tem como a gente fazer cultura, pelo menos teoricamente. Precisa ser louco para conseguir fazer cultura naquele lugar sem recursos, e foi o que a gente fez.

Então, a nossa trajetória contou muito com o apoio de uma rede que também sobreviveu nesse processo, que foi a Rede Ajuricaba, que era quem ainda nos alimentava de informações, de orientações e nos apoiava, mesmo à distância, porque nós temos dificuldade de interagir com o estado, porque o estado não chega até nós, a gente que tem que vir até aqui para buscar e brigar pelo nosso espaço.

Então, eu penso que fazer esse trabalho tendo o apoio de uma política pública é fundamental, para que de fato a gente consiga manter a nossa história e a nossa memória assegurada. E que alguns trabalhos importantes foram feitos nesse processo dentro dessa rede que a gente acaba fazendo parte, que foi o debate, por exemplo, do Projeto de Lei Cultura Viva, que o nosso estado ainda não tem.”

Mestra Regina Luciene: “Sou Regina Lucirene Macedo de Oliveira, itaitubense, falamos aqui do patrimônio material e imaterial, da cultura popular, dos museus e memórias de base comunitária, que desempenham um papel essencial na preservação da nossa diversidade. No entanto, esse campo enfrenta desafios profundos: o descaso com bens culturais [...], a falta de políticas públicas eficazes, a invisibilização dos saberes tradicionais, a

dificuldade de acesso a recursos para a manutenção da memória, são componentes fundamentais [...], são componentes fundamentais [...], compartilhados por comunidades em toda a Amazônia.

O patrimônio imaterial que vive na oralidade, nas práticas cotidianas, as celebrações e os modos de fazer, corre o risco constante de desaparecer, quando não há [...]. Os museus e memórias de base comunitária, que surgem como iniciativas de resistência e *pertencimento*, também encontram barreiras na sua sustentabilidade. Garantir que essas instituições permaneçam vivas e acessíveis, quando tantas vezes são criadas e mantidas sem estrutura adequada. Como fortalecer as vozes das comunidades que lutam pela valorização de sua memória, enfrentando desafios com a falta de financiamento, a ausência de políticas culturais que dialoguem com outras realidades e a pressão do avanço de projetos que ameaçam seus territórios?

Precisamos de ações concretas que garantam a salvaguarda dos patrimônios culturais da Amazônia. Isso passa pela criação de mecanismo de apoio contínuo, pelo fortalecimento das redes comunitárias e pela valorização dos detentores dos saberes. Nosso patrimônio não pode ser visto apenas como um recurso a ser explorado, mas como um direito que precisa ser definido e transmitido às futuras gerações. Precisam ser prioridades nas políticas públicas. O compromisso da instituição [...], na prática das comunidades que são verdadeiras *guardiões* da cultura.

Falar *de* Museu Horácio Paraguaçu é muito importante, porque é um museu que foi criado para contar a história do nosso município. E é formado por 13 salas. Cada sala tem uma história a ser contada. Por exemplo, nós temos a sala do Índio Munduruku, onde conta a história do Índio Munduruku, que são os índios da nossa região. Nós temos a sala administrativa, que fala as histórias dos poderes, dos prefeitos, dos governadores, dos presidentes, todas as pessoas das damas de Orleans e Bragança, que passaram no município de Itaituba. Temos a sala de música, onde nós podemos escutar qualquer disco. Nós *temos para mais* de mil discos. E compramos uma vitrola. Quando nós queremos escutar uma música ou *chega* alguém no museu, nós colocamos aquele disco que elas gostariam de escutar. Nós temos a sala da cultura, onde retrata a história das misses que ganharam em Itaituba, do carnaval de Itaituba,

da rainha do carnaval, de todos os secretários que passaram pelo município de Itaituba. Nós temos a sala da umbanda, onde nós temos o Tio Chico, a Tia Chica. Eu chamo de tio, mas é Chico Preto e a Tia Chica. E outros personagens, como o Padrinho Padre Cícero, foram doados para o museu Horácio Paraguaçu. A nossa biblioteca, *ela* é imensa. Nós ganhamos uma [...], nós já tínhamos a nossa e nós ganhamos agora uma biblioteca do meio ambiente. A felicidade que eu tinha feito, eu tinha colocado a biblioteca numa sala grande, e agora conseguimos fazer com que essa Biblioteca do Meio Ambiente, composta de *mais de sei quantos mil livros, pode ser colocada no Museu Horácio Paraguaçu*. Nós temos a sala *da arqueologia*. É uma sala também muito bonita, onde nós temos muitas peças encontradas na região do Tapajós, da machadinha, as maiores urnas que vocês possam imaginar. Então, nós temos também esta sala lá, e temos a sala religiosa, que conta a história da primeira igreja do município de Itaituba.

Então, todo o museu, ele conta a história de alguma coisa do município, como, por exemplo, dos garimpos, como, por exemplo, dos pilotos, que o município de Itaituba teve para mais de 142 pilotos, que voavam todos os dias com destino aos garimpos. Quantos caíram, quantos morreram? Na nossa conta, na nossa entrevista que nós fizemos, 42 pilotos caíram na selva Amazônia e morreram, indo para o garimpo ou voltando para o garimpo. Agora, ultimamente mesmo, caiu um dentro do rio Tapajós, bem em frente à cidade. Então, esse museu, ele retrata essa história. É uma história muito bonita. Recebemos bastante pessoas para visitar, não só de Itaituba, mas de fora de Itaituba.

E até esse ano, 2024, começo de 2024, nós recebemos já 32 visitas, somadas, calculadas direitinho, para poder a gente ter no nosso histórico.”

Cacique Edilson Tembé: “Daneptun, boa noite a todos. Estava aqui olhando todos vocês, no nosso território, a gente tem muito hábito de conversar em círculo, então, todos ficassem em círculo, para a gente poder trocar ideia, tanto a reunião de cacique, quanto a reunião da comunidade, os parentes sabem, os parentes sabem como é. Hoje eu ouvi aqui, mesmo aqui sentado ali, nesse cantinho, como um velho índio, que eu já estou ficando.

Nós, povos indígenas, nós temos um hábito muito grande, eu que moro no território, poucas vezes saio, fiz amizade com os parentes aqui, com a Araí, vou até passar meus minutos aqui, nunca tinha viajado de avião para representar o nosso povo, quase morria de medo, depois vim para Belém algumas vezes, sem conhecer, também quase morria de medo. Me sinto muito bem dentro do meu território. O meu nome é Edilson Tembé, do povo Tenetehara, não muito próximo daqui, acho que uns 280, 300 quilômetros de distância. A minha aldeia é a Aldeia Itauá, terra indígena Alto Rio Guamá, sou um indígena que luta em defesa do nosso território, sou aquele que combate o madeireiro, o grileiro, o garimpeiro, sou aquele que, muitas das vezes, toca fogo no caminhão dessas pessoas que degradam a nossa terra, mas também sou aquele que recebe ameaça de morte, sou aquele que sou perseguido, sou aquele que tenho que mudar de rota, um momento eu vou para cá, outro eu vou para ali.

Sou aquele que chora pelos meus filhos, pelos meus netos, porque tenho medo do que *acontecer* com eles, para me atingir, atingir meus filhos e meus netos. Então, como um velho índio que sou, ouvi atentamente aquela primeira mesa sentada aqui, falando, né. Ouvi, pensei, e o que eu tenho para dizer para vocês é o seguinte: tudo o que falaram ali é verdade, agora, quero dizer para vocês que nós, nós, povos indígenas, a gente também sente a dor e o sofrimento de vocês, quando vocês estão matando nas favelas, nas favelas, nós também sofremos, quando estão matando as mulheres, nós também sofremos, quando os negros, quilombolas, ribeirinhos, são perseguidos, nós também sofremos, a dor de vocês, nós também sentimos, quando vêm os imigrantes para cá, como o parente falou lá que. Eu não sei o nome do país, é árabe, né? Árabe vem para cá e são discriminados, nós também somos. Quero dizer para vocês que um pedaço de nós, cada um de vocês carrega. Para vocês, quero dizer para vocês, não se preocupe, hoje, nós derrubamos mais um portão, nós derrubamos mais um portão hoje, professores, foi o portão da ignorância, porque nós derrubamos um portão, onde é desse? Da educação, derrubamos um portão para o direito da educação, não é? E agora, no seminário, nós estamos quebrando mais um portão, e esse portão, nós chegamos lá para dialogar.

A Amazônia é isso aqui, é feita por cada um de nós, cada um de nós tem um pedaço, faz parte dessa Amazônia. Não pensem que o indígena, ele tem muitos direitos, não tem, parentada, não tem. Nós tratamos os demais, os parentes sabem disso aqui, os parentes sabem disso, nós chamamos os outros de parentes, porque para o indígena, parente é uma coisa muito próxima, talvez você não tenha, nunca tenha ouvido falar, mas quando a gente se refere com pessoas de outro povo, a gente fala, que nós temos parentes, o Wayampí, Cachoeira, Kayapó, Kaiapó, Gavião, os quilombolas são nossos parentes, ribeirinhos são nossos parentes, quem mora na favela é nosso parente, quem mora lá *do lado* do governador, também é nosso parente. Estou passando um minuto aí, parente, quero dizer sobre sustentabilidade o seguinte, que dentro do território, a sustentabilidade, ela é atrelada à cultura.

A cultura do nosso povo, e posso falar do povo, geralmente do povo Guarani, Tupi-Guarani, ele tem uma relação muito grande, organização social, hábitos alimentares e tudo. Quem já participou da nossa festa cultural, se chama Festa da Menina Moça, ele tem todo o ritual cultural que chega à ancestralidade. Isso significa que está tudo interligado, essa maneira que a gente utiliza de valorizar a nossa cultura, um hábito diário. Quando um filho ou uma filha vai com o pai para trabalhar na roça, por exemplo, agora que é a época de colher milho, a gente também está exercendo a nossa cultura. Quando o pai vai pescar, que ele pega o peixe, que ele vai muquear o peixe para dar para a família, está exercendo a nossa cultura, junto com a sustentabilidade.

Então, parentada, nós, povos indígenas, a gente não, uma palavra bem interessante, a gente não faz a cultura, assim, apenas em alguns momentos, a gente vive a cultura. Assim como os quilombolas, ribeirinhos, a gente vive a cultura, é um hábito nosso. Eu não sei se vocês entenderam, sobre a nossa sustentabilidade, é uma relação muito circular. Então, era isso a minha contribuição. Quero dizer para vocês que o sofrimento e a dor de vocês, eu também sofro, o medo e a dor de vocês, eu também sofro. Hoje a gente derrubou um portão, a gente agora está dialogando e vamos levar para frente, e vamos construir juntos, juntos, sozinho não, nem separado, juntos. Juntos nós somos mais fortes.”

Marilu Márcia Campelo: “As nossas universidades, o que se produz de conhecimento, são, na sua grande maioria, elitistas e baseadas numa perspectiva colonial e que trouxe um epistemicídio. Eu poderia falar assim, de modo geral, a morte do conhecimento, principalmente para os povos tradicionais. Nessa perspectiva, eu sempre chamo a atenção dos meus alunos, eu trabalho tanto com bachareis, que vão ser pesquisadores e profissionais liberais, como professores.

Atualmente, eu enfatizo mais os professores. Mas eu sempre digo para eles que são duas perspectivas. Conhece o mundo, que muitos não conhecem mesmo, por isso a questão da vivência, do pertencimento é importante. E, quando eles vão à comunidade, que eles ouçam, que eles olhem, que eles vivam estas comunidades, seja o bairro, seja na aldeia, seja em outro território, para depois começar a escrever uma tese sobre aquele grupo. E, para quem vai ser professor, eu falo a mesma coisa. Ouça, olhe, escute, conheça quem é o seu aluno.

Por que eu faço isso para os meus alunos? Eu preciso saber de onde vem cada um. Até para saber como eu vou trabalhar aquele conteúdo que foi definido nas disciplinas que eu ministro. Porque não adianta eu trazer algo muito sofisticado se meu aluno tem um outro tipo de conhecimento. Não é que o conhecimento dele seja menor, é porque o conhecimento dele não é respeitado, é porque o conhecimento dele não é valorizado nas universidades. O conhecimento dele não é valorizado pelos professores, que muitas vezes acabam agredindo verbalmente esses jovens, dizendo que ali não é o lugar deles. Dizendo o que você está fazendo aqui, como se aquele jovem, aquelas pessoas, não tivessem o direito. Também é uma formação acadêmica.

Essa é uma questão. A outra questão é que nós, e isso é uma luta, também, de alguns professores, alguns pesquisadores, não é de todos, é que nós precisamos reconhecer os saberes dos mestres de cultura. E por que não podemos levar os mestres de cultura para dar aula dentro das universidades? Porque eles não podem ser reconhecidos também como formadores. As nossas academias não permitem isso. Medo, talvez, de perder o poder, não é? Medo de perder os privilégios. São muitas questões que a gente pode discutir nesse processo.

Então, nessa perspectiva, do lugar que eu falo, como professora, como formada, mas também como pertencente a uma comunidade tradicional, porque eu sou de matriz africana, eu sou uma Iyalaxé, eu tenho um cargo de hierarquia dentro do Candomblé. Não sou Mãe de Santo, não preciso explicar. Eu só tenho um cargo de hierarquia dentro do Candomblé aqui em Belém. Eu também tenho esse meu olhar voltado para o nosso pertencimento, para a nossa vivência. Aquela que olha as pessoas de uma forma diferente. Não como números que vão depois dizer que a universidade ou a escola *tal* está no ranking e ganhou. Mas, pessoas que vão produzir conhecimento. E que podem produzir isso através das suas vivências, daquilo que eles trazem, das suas histórias de vida. Porque eu não posso escutar suas histórias, se eu tenho uma luta antirracista, antimachista, antixenofóbica e anti-LGBTQIA +, eu também tenho que ter essa perspectiva com os meus futuros formandos. E desejar, querer que a nossa universidade, as nossas, de modo geral, elas possam realmente trabalhar os conhecimentos dos povos tradicionais.

Que elas possam levá-los para dentro das universidades como professores também. E que possamos quebrar essa cadeia do epistemicídio, que ainda acontece. Vocês vão ver que a maioria das pessoas que estão aqui, de professores, são da área de humanas, de artes. A gente não tem um médico falando aqui. A gente não tem ninguém da área das tecnologias, das engenharias, que é o lugar que a gente mais briga, né? Para tentar fazer alguma mudança. ‘Ah, isso é só para vocês, que é da arte, da história,’ como se, das humanas de modo geral, como se os outros conhecimentos também não fizessem parte desta construção de saberes e de vivências. Porque se quisermos realmente modificar uma sociedade, precisamos modificar os nossos pensamentos dentro das escolas e das universidades. Obrigada.”

Tainá Marajoara: “Saudações às forças da natureza, saudações caruanas a todos e todas, e aqui eu peço licença aos que nos guiam e acompanhem, a cada mestre e a cada mestra aqui presente, dizer, que antes de qualquer coisa é uma honra poder estar aqui com aqueles que também nos formaram nas lutas, porque se a gente está aqui hoje, é porque eu venho de um processo de formação e de luta, de liderança jovem, onde a gente está há mais de 20 anos aí nessas missões, e que não são poucas em defesa da cultura alimentar.

Eu gostaria só de começar a minha fala pegando um pouquinho da fala da professora, a quem eu peço licença também, quando ela diz que 'é um conhecimento sofisticado para levar para aqueles alunos', a academia entende isso como um conhecimento sofisticado, mas, sofisticado é fazer uma cerâmica que tu, tira ela, de debaixo de uma terra alagada, 10 mil anos depois e ela está inteira. Sofisticado, é você manter um rio vivo por mais de 10 mil anos na Amazônia e ele ser hoje uma única fonte de água limpa em tempos de drone, de bombas atômicas e de pesticidas de alta tecnologia. Isso é ter um conhecimento. É ter um conhecimento sofisticado, mas esses que dizem que eles são fazedores desse conhecimento sofisticado nas academias, são eles que promovem o epistemicídio, eles promovem o epistemicídio, eles promovem o etnocídio e eles são capazes de colocar a sua arrogância supremacista acima de tudo para dizer se um povo existe ou não. Eles acreditam que a sua caneta e a sua arrogância, o seu diploma, ele é capaz de tutelar um povo e de dizer se esse povo existe ou se ele não existe.

Nós estamos aqui hoje com todos os nossos cocares, com todas as nossas cores, os nossos turbantes, os nossos instrumentos. É porque nós não nos submetemos. Nós não nos submetemos a acreditar que a gente não existia, porque ainda que digam que o povo marajoara não existe e isso seja escrito e repetido friamente nos livros de história e nas academias, em todo o seu nível de educação, a gente sabe que isso é apagamento. Isso é apagamento na terra do latifúndio, isso é apagamento no lugar que é mais perigoso para lideranças sindicalistas, ambientalistas e líderes do mundo, que infelizmente é onde a gente não pode falar de cultura, a gente não pode falar de sustentabilidade sem falar o autoritarismo e o fascismo, ele não faz parte do estado brasileiro.

Nós ainda estamos no estado democrático de direito. E se esse é um lugar de representação da participação social e nossa, de fazedores e fazedores, e guardiãs e guardiões de cultura e estamos discutindo o presente para fazer o futuro, nós vamos falar. E ainda que seja incômodo, a gente tem que tratar sobre isso. Porque nós somos mortos por fazer cultura. Nós somos mortos por defender a Amazônia. Nós somos mortos por defender. Nós somos mortos por defender a diversidade. Então, não existe falar de sustentabilidade sem

defender os defensores e defensoras que somos nós, guardiões e guardiãs de cultura.

Quando a gente fala da ocupação dos lugares de ensino formal por mestres e mestras de cultura, a gente não está falando de um mestre ir um dia lá dar uma aula, mas a gente está falando, não é, professora, de um notório saber. Eu quero ver Mestre Sabar, ensinando a fazer o nó que ele não aprendeu no Conservatório Carlos Gomes, que ele recebeu num sonho, que ele foi durante quatro dias para o mato conseguiu trazer o pau caído, para ele conseguir amarrar o nó. Eu quero poder ter aula com as nossas mestras. Eu quero poder ter aula com os nossos mestres. Eu quero poder falar que a cota, ela é importante e imprescindível, sim.

Mas, tão imprescindível quanto isso é nós termos a nossa literatura na grade curricular. Porque não adianta colocar os nossos penachos lá dentro e só nos dar os brancos para a gente ler e estudar. Eu quero ler Marcia Moura, eu quero ler Ailton Krenak, eu quero ler Nego Bispo, eu quero ler Márcia Cambeba do pré-escolar ao PHD. E isso precisa ser incentivado também pela secretaria de cultura. Isso precisa ser incentivado num programa real. E isso precisa ser incentivado também pela secretaria de cultura, a secretaria de cultura de antirracismo e anticolonialismo na educação, porque esse estado, ele também recebe pessoas e aqui também peço licença para saudar a todos e todas que sejam migrantes, que sejam imigrantes, que sejam árabes, que sejam palestinos, que sejam de todos os lugares que aqui estão. E se tiver também alguém do povo cigano aqui, fica a saudação e o respeito, porque nós somos muito, nós somos diversos. Quem nos apaga?

Então, quando a gente fala de sustentabilidade, eu também trago para o lugar de onde a gente vem, que é do Arquipélago do Marajó, que é uma das culturas mais antigas das Américas, mas teimaram em dizer que a gente não existia, porque também teimam em deixar as terras sob os mesmos domínios daqueles sobrenomes que as receberam nas sesmarias. E quando dizem que a gente não existe, o patrimônio genético, o patrimônio genético, do lugar que tem a maior concentração de oleaginosas e biodiversidade do mundo, ele é simplesmente expropriado.

Assim, como são expropriadas as nossas competências. Quando começam a dizer que sustentabilidade é aquele negócio ESG lá, SG que é governança e tudo mais, que as empresas agora falam que isso daí tem que ser feito para a empresa ter indicadores positivos. A gente tem a proteção do nosso patrimônio genético, a proteção do nosso alimento, a proteção da nossa cultura, a proteção de quem nós somos. Não adianta vir aqui falar de mudanças climáticas sem uma política de proteção dos ecossistemas culturais, porque a gente que faz parte dessas comissões da OEI, dos fóruns de mudanças climáticas, nós sabemos que não existe uma linha. Não existe uma linha aonde as culturas estejam como linhas prioritárias de atuação para mitigação e adaptação climática. Nós não fazemos parte desse plano, nós precisamos estar lá.

Assim, como não se fala em reparação histórica sem a gente falar em reparação orçamentária. Qual é o orçamento que a cultura tem hoje, equivalente aos investimentos da cidade do período da COP 30? O orçamento é um orçamento. A gente também quer destinação de verba. Os nossos espaços culturais também funcionam como lugares receptivos. A gente hospeda, a gente faz comida, a gente é guia turístico. A gente desenvolve todo esse processo, aonde quem vem pra cá quer conhecer a cultura, quer conhecer a samaúma, quer conhecer o carimbó, quer conhecer as nossas medicinas tradicionais, quer conhecer a nossa cultura alimentar. Não é peixe escabeche, não é *hot roll*, *haddoc* paraense. Quer comer pirão, quer comer chibé, quer tomar açaí, quer comer gurijuba, quer comer a nossa comida. E não é nos apagando que vai ser feita a sustentabilidade. Sustentabilidade, ela é feita quando ela reconhece os povos do lugar. E esses povos vivos mantêm águas limpas, ecossistemas saudáveis e a capacidade e a possibilidade da gente olhar para o céu e ver as estrelas, porque também não somos nós que colocamos fogo na floresta. Kuekatu reté.

Professora Luciana Carvalho: “Pegando um pouco o tema da mesa, as vivências, e a nossa direção aqui que foi colocada, [...] que a gente possa falar um pouco da nossa trajetória e quais dificuldades a gente encontra. Quem é patrimônio cultural? O que é o patrimônio cultural? A gente teve uma discussão maravilhosa naquela ocasião. Bom, estou agora conduzindo o processo de registro. A gente está fazendo um projeto de pesquisa, estou *terminando ele*.

Na semana que vem, a gente vai estar de novo aqui em Belém com o IPHAN, a superintendência do IPHAN aqui e as superintendências, demais superintendências da região norte, para apresentar os resultados do projeto de pesquisa que instrui o processo de registro do ofício de tacar caseira na região norte. Então, mais um bem cultural que vem aí para a nossa região. Quer dizer, estou misturada, né, e todos esses bens culturais que eu estou falando aqui, eles têm conexão direta com a sustentabilidade. O artesanato de cuias, que é feito lá na várzea, por mulheres ribeirinhas.

Para quem não sabe, é a primeira marca coletiva do estado do Pará. A nossa primeira marca coletiva não veio de ninguém, nenhum bacana. Vem de um grupo de mulheres onde não tem energia elétrica, onde não chega ainda, no Aritapera. Comecei a trabalhar no Aritapera em 2002, muito tempo. Então, assim, são coisas que a gente, às vezes, mesmo no estado, sabe pouco. E eu insisto em sempre trazer, porque a gente tem um potencial gigantesco. Mas, assim, o meu recadinho sobre sustentabilidade, que não dá para eu me estender muito, e aí vem dessa Curupirinha aqui do Mestre Darlindo, é para falar um pouquinho a partir do artesanato que ele produz. Porque o artesanato que ele produz, esse artesanato de balata, para quem não conhece também a matéria-prima, a balata vem lá da minha região. Mas muita gente lá não conhece balata, pensa que isso é madeira ou pensa que isso é seringa. Não é, Darlindo? E a balata foi um dos principais produtos de exportação do Pará, entre as décadas de 30 e 70, e mesmo assim pouca gente conhece.

E aí, olha só a situação: a gente, quando eu ainda trabalhava no Centro de Folclore e Cultura Popular, a gente fez uma exposição do artesanato em balata, em 2005. No ano seguinte, foi criada uma floresta estadual, uma unidade de conservação na área onde os balateiros, que não são os mesmos artesãos [...]. Então, mas dizer essa situação que acontece então na Flota do Paru e chamar a atenção para divergência, para dissonância entre as políticas. E chamar a atenção dos fazedores de cultura para a necessidade de que as políticas ambientais e culturais elas andem juntas. Porque não adianta, e isso daqui é patrimônio cultural imaterial do estado do Pará, votado na ALEPA, mas a entrada do balateiro extrativista na Flota do Paru é toda regulamentada e toda bagunçada.”

Maria Antônia Gimenez: “Foi a riqueza cultural, musical do povo paraense, E não só do povo paraense, mas norte e nordeste são as minhas maiores paixões. Então, na minha opinião, tudo tem que vir da base. Tudo tem que passar pela escola e pela educação. Se uma educação básica, fundamental e o ensino médio, sério, realmente é voltado para as pessoas terem cultura, para as pessoas terem não só cultura de música, mas, cultura mesmo, nível intelectual, sem isso é muito complicado. Sobretudo porque o país é gigante, um país extremamente diverso.”

Mestre Francisco Carpinteiro de Poesia: “Quero agradecer a possibilidade de participar desse encontro e aprender com as pessoas que constroem a luta social, a luta política, a luta cultural no estado do Pará. Quero agradecer também a conselheira audiovisual indígena, Jason Aldana, que estendeu o convite através do próprio conselho. Considero esse espaço extremamente importante, para dizer o que eu tentarei dizer nesses dez minutos. Nos últimos dez anos, eu tenho [...], nos últimos dez anos, a gente tem colaborado com a construção de políticas públicas, culturais, audiovisuais e tem uma militância também política, desde os 13 anos de idade, quando me tornei poeta e me tornei ator. Tenho 62 anos, já vai aí um grande exame de história. Pratico o audiovisual através de projetos coletivos organizados em redes.

Nos últimos dez anos, particularmente nesse território, outrora denominado região salgado, zona bragantina, mais recentemente a região do Caeté, que tem uma vasta extensão de terras costeiras, onde o oceano atlântico se revela, forma paisagens, paisagens singulares, que todos conhecem. São 15 municípios, mais de meio bilhão, meio milhão de habitantes. São rios, estuários, manguezais, a maior área contínua de manguezais do planeta.

Então, é uma riqueza ecológica, sustenta modos de vidas tradicionais. É um cenário vibrante, portanto, para a produção cinematográfica. É uma Amazônia Atlântica. A partir desse território vivo, de rios, de veias abertas da história, dessas comunidades que nós, nos últimos anos, temos atuado. Então, a gente tem percebido também o crescimento da produção cinematográfica nessa região, e que reflete também esse momento de acesso, um dito, maior acesso às políticas de incentivo ao audiovisual, que são demandadas pelas lutas desses movimentos culturais e sociais. E, muitas vezes, esses retornos dessas

conquistas não voltam para as comunidades. Então, a gente tenta ocupar um espaço, a revelia e a margem, fora dessa borda, num espaço que é mais um espaço de enfrentamento.

No caso particular, desses municípios, a gente percebe a ausência de propostas municipais, a gente percebe uma centralização dos recursos nos grandes centros, falta de infraestrutura locais, que são entraves, permanece a burocracia dos modelos, dos editais. Estão excludentes os editais, eles ignoram as diferenças, ainda que supostamente valorizem a diversidade, eles enquadram normas que amarram as demandas de projetos, para que esses projetos favoreçam o mercado, não é? Então, o mercado se apropria do bem público, o mercado se apropria do recurso público, os funcionários públicos ficam a serviço do mercado, e nós, nesses fóruns, acabamos por legitimar essa lógica, participando de modelos que são também excludentes, são enquadrados, colocam pessoas, colocam pessoas em palanque, para serem protagonistas, quando os verdadeiros estão fora dessa cena, apagados, invisibilizados, e, às vezes, a invisibilidade, ela é também uma estratégia de resistência política.

Nós realizamos filmes, fazemos festivais, nossos filmes são enraizados nesses territórios, falam as vozes desses territórios, através desses rios e dessas águas. Então, nós percebemos que essa produção audiovisual da Amazônia Atlântica, ela está ligada a essas relações de resistência desses povos tradicionais, desses povos ribeirinhos, desses povos [...]. Se eu tenho um minuto, tá, meu amado? E dessas comunidades. São os desafios do cinema amazônico. Estou realizando aqui em Portugal o meu doutoramento, sanduíche, através do programa de pós-graduação em arte da Universidade Federal do Pará, sob a orientação do professor Denis Bezerra. E aqui em Portugal, através da escola superior de teatro e cinema, sob a tutela do professor Paulo Moraes Alexandre, para desenvolver um trabalho sobre as estéticas de guerrilhas, poéticas das gambiarras e tecnologias do possível, calcado exatamente nessas práticas, nessas pedagogias que tem Paulo Freire, tem Augusto Boal, as suas principais referências.

Por reconhecerem esse saber que é superior ao nosso, porque é um saber ancestral, porque é um saber que nos ensina a ser humano. E nós esperemos,

porque esse saber vibra em nós, cada vez que nós escrevemos um poema, cada vez que nós fazemos um filme, esse saber vive, transparece em nós. E nós temos a obrigação de colocar o nosso trabalho, o nosso festival, o nosso cinema, a serviço desses saberes.”

Mestre Pedro Olaya: “Banda Gira, os mais velhos. Eu peço a bênção a todos. Mukuiu Mameto. Sou Mavungilê, Guaizambi, de Gana Maçanga, do Mansu na Getu. Sou filho de Mametu, Nangetu. Eu faço parte do Instituto Nangetu desenvolvendo os projetos lá. Também da ARQUIA. Estou em Bragança, há oito anos moro em Bragança, na região dos Caetés, Amazônia Atlântica, como o Veio acabou de falar. Essa região com a maior extensão de manguezais que tem no mundo. Eu trabalho também na Associação Remanescente da Comunidade Quilombola do América, dou um apoio lá também, no desenvolvimento dos projetos. E no teatro, estou com a Coletiva Cabo Quéticas. Pensando nesse pensamento, fora desse pensamento centralizado, desse pensamento do eixo centro e de um pensamento *acabocado* a partir de um pensamento afroindígena, descolonização do pensamento, a gente pensando assim.

Pensando no tema, como a gente fala, de transversalidade e amazonidade, pensando nisso, a gente pode pensar nessa descolonização do pensamento e para a gente parar para pensar um pouco que o Pará não é Belém. A gente precisa entender isso, que não é o centro Belém. Muitas das vezes, a gente fica equivocado. Eu mesmo tinha vários pensamentos totalmente errados. Quando eu comecei, me mudei para lá, para Bragança, comecei a morar lá, vivenciar lá, percebi outras realidades. E que Belém, às vezes, pensa que está tudo, todo o pensamento da Amazônia circula só aqui, mas não. Na verdade, nós todos, a maioria, a grande maioria, o Pará, fala diferente de Belém, se comporta diferente, tem tradições, culturas diversas. Pensando na transversalidade, nessa transdisciplinaridade, como já foi muito falado, falar um pouco da minha experiência, que é totalmente transversal e transdisciplinar.

A minha primeira formação é em engenharia elétrica. Eu sou professor de matemática, faço teatro, trabalho com articulação cultural, com produção cultural. Então, só a minha vida já atravessa várias áreas de tecnologia, arte e todas essas discussões. E, às vezes, pensando assim, qual o eixo que eu

entro? Porque a cultura afro-brasileira, teatro, cultura popular, pontos e pontões de cultura, porque o Instituto Nangetu, Cultura LGBT, porque ela é uma bicha que se monta. Então, tem todos esses atravessamentos aí. E eu acho que a maioria de nós está em vários setoriais, se a gente parar para pensar, a gente atravessa vários lugares.

Eu acho que a gente tem um exemplo aqui dos pássaros juninos, que é um grande exemplo de transversalidade, que está no teatro, está na cultura popular, está na dança, está na música. A capoeira também é um grande exemplo de transversalidade. Eu acho que a gente tem na prática isso. E pensando na mesa anterior, nas discussões, no que foi pautado, e pensando nesses pareceristas, como eles devem olhar e observar os nossos fazeres, primeiro, assim, como a professora Zélia falou na mesa anterior. A escrita tem que ser mais fácil. Quer dizer, ela falou sobre a escrita do edital. O edital tem que ser acessível. É acessibilidade. A gente fala tanto de acessibilidade, mas não pensa nessa acessibilidade para várias comunidades que não têm a mesma fala acadêmica.

A gente sabe, se um parecerista pegar um texto de uma pessoa que tem uma formação acadêmica, é totalmente diferente. Calma, é totalmente diferente de um texto escrito por uma pessoa de uma comunidade tradicional, é totalmente diferente, não tem como a gente comparar, é uma outra pegada, é uma outra fala. A Tata Pacheco falou a respeito disso, fazer escritas através de vídeos, de áudios, de outras maneiras de ter acesso a essa escrita de editais e a escrita que chega até nós e como nós escrevemos esses editais. Proporcionar que a gente consiga chegar, pelo menos na região dos Caetés, falando de lá, de Bragança, que é um lugar muito mais acessível, que demora quatro horas, de três a quatro horas de Belém para lá. Mas, pensando em Viseu, que é um lugar bem mais distante, com uma estrada bem mais dificultosa, que a gente sabe, nesse período de chuva, está super difícil o acesso.

Então, pensar em todas essas condições, toda essa diversidade de amazônias, e isso eu estou falando só da região dos Caetés, se a gente pensar em todas as regiões do Pará, todas as [...], se a gente pensar no Marajó, no Tapajós, em todas as regiões e todas as comunidades, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, comunidades, aldeias indígenas, enfim, é isso.”

Mestre Raimundo Rodrigues. “Hoje o Guamá está completando 297 anos. Mas essa descoberta e o fato de estar lá na praça é por causa de uma biblioteca comunitária, que se atreveu a chamar a atenção dos moradores, de que só podemos transformar o nosso território e a nossa existência se amarmos o território e sermos críticos da vida que nós levamos. E essa luta levou a algumas atitudes dentro do bairro, como conversar com um bairro de 94 mil habitantes.

Então, nós começamos com isso, criamos o aniversário, hoje está completando 297 anos, e ontem a prefeitura de Belém do Pará resolveu embarcar no aniversário. Só que o barco deles era um transatlântico, o nosso barco era pequenininho. Adivinham o que aconteceu no rio? Passaram por cima da gente. Quer dizer, estão passando lá. Então, eu vou pedir licença para você, assim que acabar de falar, a gente tem que sair para voltar para lá, porque está tendo alguns pequenos custos, conflitos, que é o pequeno conflito da fala. Estamos todos lá, fizemos mobilização, mas quem tiver com o microfone na mão vai dizer, vai ser o dono da fala e, no final, vai impor o seu pensamento.

Nós, do Livro Leituras, acreditamos, na verdade, não, nós estamos lutando nesse momento para transformar a leitura numa cultura popular, porque nós olhamos para a história do nosso país. A história do nosso país, não é uma história democrática. A raiz do nosso país é a escravidão. O lugar dos pobres é a senzala. E bairros como o nosso são a senzala moderna. Porque, para nós, a morte, ela é cronometrada. A morte, ela tem outros significados. Não é só a morte física, ela acontece, porque nós precisamos lembrar para a maioria absoluta daquela população que pobre não tem o direito de errar.

Um filho de pobre que se mete com o traficante acaba morto. Um filho de pobre que se torna analfabeto vai para a sarjeta. Um filho de pobre que não consegue construir uma personalidade capaz de enfrentar uma sociedade perversa, ele se mantém na pobreza, como toda a história das suas famílias, principalmente, daqueles que são pretos e indígenas, que são a maioria absoluta do bairro, porque o grande momento de povoação dele, é um leprosário. E quem estava dentro dos leprosários eram aqueles escravos que adoeciam e eram abandonados na rua. Eram eles que estavam lá. E aquela é a natureza do bairro.

Então, a praça onde a gente está fazendo o aniversário hoje foi batizada de Benedito Monteiro. Um escritor maravilha, mas não perguntaram para ninguém do Bairro do Guamá, se queriam que fosse o Benedito Monteiro. É bonito, maravilhoso, é um grande escritor. Mas, por que não perguntou para o morador? Então, o morador deu o nome para a praça. É Praça do me rouba. É assim que a gente fala. Lá na Praça do me rouba. Não é, me rouba. Não é, me rouba. Porque quem é assaltado sabe que não dá para botar o cara acabado de me roubar. E é assim que o pessoal coloca lá. E nós temos que acompanhar isso, porque pode ter falado, mas falou dentro de uma realidade de uma população que vive o roubo do direito a viver. Que vive com uma saúde precária e precarizada. Que vive um território de inseguranças. Que vive um território onde as suas escolas têm arame farpado. Que vive em escolas onde os alunos têm direito a jogar a quatro esportes, mas são quase cem esportes que existem. Por que os mais pobres não têm direito a ter acesso a esses outros esportes? Para nós, chamar, fazer a população ter essa consciência é fundamental. Mas, sem a leitura isso não vai acontecer. Por que? Porque a leitura nos empodera. Por que não pode ter prefeito analfabeto?

Nós temos um presidente da república de nível médio. E é o presidente da república que é uma [...]. Por isso a Praça do me rouba, por causa da subalternidade, e isso nós precisamos vencer, então o nosso desafio hoje é fazer a leitura se tornar uma cultura popular. Agora eu preciso fugir do calor e tenho que voltar para a Praça do me rouba.”

Professor Ivaldo Costa: “Eu sou psicólogo, neuropsicólogo, trabalho com educação musical, tenho uma escola de música, sou pastor evangélico, e isso eu sei que já deixa [...]. O ser humano, ele é relevante porque ele é ser humano, porque ele é agente, porque ele existe. Então, o meu fazer, o meu propósito de vida, eu existo, eu criei um propósito de vida, meu, pessoal, que é o desenvolver pessoas. Eu trabalho para desenvolver pessoas.

Como professor de comunicação, como psicólogo, como professor de música, como pastor, eu não estou dentro de um gueto onde eu vou trazer pessoas para me seguir, mas eu quero que essas pessoas que estão no meu entorno, ao meu redor, sejam afetadas de forma mais positiva, não para encabrestar ninguém, mas sim, para gerar autonomia, pensamento crítico. E é essa a ideia

da relevância. Fui resgatado dali. E hoje eu lamento por aqueles que foram mortos pelo crime, porque eu poderia estar nessa estatística também.”

Professor Dr. Ricardo Haddad: “O meu ponto, que é o eixo das tecnologias, cultura digital e audiovisual. Cultura digital, quando a gente fala de cultura digital, a gente fala de ferramentas digitais. As ferramentas digitais hoje, elas atravessam, elas perpassam por todas as áreas. Nós temos uma realidade onde todas as ferramentas digitais, elas foram popularizadas, mas elas não foram democratizadas. Daí é um ponto que eu chamo de primeiro alerta. A democratização de ferramentas, foi instrumento de dominação. Se a gente colocar isso aí, eu vou olhar, rifles na América do Norte, no próprio Japão, de 1600. Claro, que havia um discurso da não adoção dessas tecnologias, mas vocês imaginam o que aconteceu em 1600 com os clãs japoneses que disseram, nós vamos lutar de espada, diante desse exemplo de dominação. Enfim, essas ferramentas ficavam perpassando por tudo, e aí vou usar um pouco da fala da professora Zélia, querida professora Zélia, ela fala de cultura como elemento vivo, ela fala que enquanto houver vida, vai haver cultura. O professor Gilson, também falou, que é muito difícil denominar a própria Amazônia, conceituar a Amazônia. Por quê? Porque a Amazônia, além de extensa, ela é viva. Nós estamos em constante transformação, assim como a nossa cultura também está em constante transformação. Eu faço uma analogia muito pessoal, como o senhor falou, nós mesmos. Nós estamos sempre em transformação. Eu não sou quem eu era ontem. Minha cultura não vai ser a que era ontem. E as ferramentas digitais, a cultura digital, ela sofre uma transformação exponencial.

Hoje nós nos encontramos diante de novos paradigmas, com inteligência artificial, com novas ferramentas que estão se transformando a cada momento. Cabe a nós a adoção ou a não adoção, o proveito ou a negação. Não a negação disso, mas lembrando daquele alerta que eu coloquei. Eu acredito que o maior desafio aqui, enquanto a nossa proposta, de elaborar propostas, é justamente criar e implementar, e implantar políticas que projetem essas mudanças e que estejam preparadas principalmente para essas mudanças. Mudanças que a gente não tem ideia do que vai acontecer. Em relação às ferramentas digitais.

Quando a gente fala em ferramentas digitais, hoje tudo é, praticamente tudo perpassa por esse tipo de ferramenta. Então, fica aqui a minha questão maior, que é justamente uma área que atravessa todas as outras, inclusive as de patrimônio. Da própria manutenção da memória, porque a memória foi uma fala muito forte aqui. Então, a memória, a perpetuação da memória como momento de cultura, ela passa por essas tecnologias. Então, trazer essas tecnologias para a *ferramentação* da memória.”

Lúcia Santana: “Desde a primeira mesa, que é sobre a questão do parecerista. Aqui houve um debate muito grande em relação ao perfil desse parecer. Por que não perguntar também para os fazedores de cultura, qual é o perfil? Eu acho que falta problematizar isso também dentro do âmbito de quem é que faz a cultura. Então, a minha questão, eu acho que foi o professor aqui que falou sobre a questão da reflexão do parecerista, mas eu queria que fosse ter aqui um encaminhamento, que a gente pudesse pensar nisso quanto grupo, porque os editais estão saindo, a gente está falando da questão de acesso, e da questão toda burocrática, mas eu acho que tem que atingir essa ponta também do perfil desse parecer.”

Valdemar Júnior: “Sinceramente, é a primeira vez que eu participo e eu estou muito feliz. Obrigado.”

Cris Salgado: “A maior expressão cultural do Pará e do Norte não está representada na mesa, a gente vai sempre precisar lembrar disso, vai sempre ter que lamentar isso também. Ao menos os pesquisadores não foram criminalizados ou chamados de atravessadores, como durante a outra mesa, como foram apontados os produtores culturais, que é outra situação lastimável. O produtor cultural faz parte da cadeia da produção cultural, isso é lastimável mesmo que aconteça.

Também preciso informar, e eu lamento que eu não vou ter direito à resposta, que esse seminário não foi amplamente discutido com a sociedade civil. Então, se nós tivéssemos feito isso, a gente teria facilmente chegado ao consenso de que a gente deveria estar construindo o nosso plano de cultura. Porque o plano de cultura é estruturante, está na lei, é obrigatório, e ele iria contemplar todas as demandas postas nesse seminário, e não apenas criar uma cartilha para

pareceristas. Parece que nós temos muitas prioridades, mas parece que nós estamos dando voltas sem ir ao tocante dessas prioridades. Bom, a gente está falando de cultura sem falar de política cultural. Por quê? Sinceramente, né? O que justifica estarmos indo contra o marco legal da cultura e não estarmos priorizando o CPF da cultura? Isso precisa ser revisto, urgente. Nem a COP trouxe essa necessidade para a nossa gestão cultural de priorizar o CPF da cultura.”

Lorena Saavedra: “É muito lamentável que, nesses eventos, a gente não vê produtores culturais que vivem do fazer cultural, que vivem, que dependem de políticas públicas de cultura para sobreviver. E não desqualificando ninguém que hoje esteve aqui. Louvo e agradeço esse corre do conselho estadual. Mas, eu não sei o que está acontecendo, que até agora a gente não pauta sobre políticas estruturantes, por que o nosso sistema estadual de cultura não está, de fato, funcionando? Por que a gente não tem um fundo de cultura, de fato, funcionando? Por que os editais ainda são tão excludentes para alguns territórios, para algumas comunidades, inclusive para a gente? O que está faltando para que a gente, de fato, fomenta essa cultura de verdade, de uma maneira mais democrática? Então, o que a gente está pontuando aqui é que a gente já está [...]”

Tainá Marajoara: “Eu acredito que deveria ter um trabalho anterior até de quem faz os editais, para pensar em editais mais fáceis, mais acessíveis. Temos vários exemplos de plataformas e de fundos que fazem editais mais acessíveis. Quem está aí na correria de produção, de movimentos sociais que estão na escrita, sabe. Tem o Prosas, tem o Fundo Brasil, o Fundo Elas, são plataformas mais fáceis, mais acessíveis. E são perguntas objetivas e fáceis. E, se eles querem perguntar depois de alguma coisa, depois eles vão de novo contigo, pessoalmente, mandam um e-mail, fazem uma entrevista, fazem uma reunião com todo mundo.

Acho que poderia ter algumas alternativas assim. Para os pareceristas, a meu ver, do meu ponto de vista, esses pareceristas devem ser da região, da Amazônia, sabe. Ao invés de serem pareceristas de outros lugares. A meu ver, assim. Porque tu, na Amazônia, tu consegues perceber a realidade de como é que é a Amazônia, assim.

O parecerista, ele tem que ter empatia, tem que compreender, tem que compreender que existem vários tipos de editais e escritas. A gente sabe, a gente tem aqui, a gente tem professores, doutores aqui na mesa e a gente tem mestres, mestradas, que não têm essa formação de doutor, aqui nessa mesa, agora. Então, esses pareceristas, eles têm que ter essa percepção, disso.

Agora, como fazer isso, que é o desafio, né. Como dar uma formação para esses pareceristas, dar um roteiro para eles avaliarem, assim. E eu acho que uma alternativa seria escrita através de vídeos, que aí tu já dizias, 'olha, essa pessoa tem uma habilidade, ela não tem habilidade tão, tanta na escrita, mas aí tem uma habilidade de contar o que é o teu projeto, como vai gastar o dinheiro, como vai ser custeado esse projeto.' Eu acho que é por aí, sabe.

Sobre essa questão dos pareceristas, eu sei que a pergunta não foi direcionada para mim, mas eu gostaria de trazer um relato, que é especialmente sobre o que é que aquele parecerista está analisando. Porque quando pega contrapartida socioambiental, contrapartida, as séries de contrapartidas que eles fazem, vou dar um exemplo do que é essa contrapartida socioambiental, onde muitas vezes ela está relacionada com uma coleta seletiva e ela acaba na coleta seletiva. Ou ela é uma coleta seletiva, ou ela é uma distribuição de mudas, ou ela é uma plantação de mudas. Quando que, na verdade, essa contrapartida socioambiental, eu vou dar um exemplo do que aconteceu conosco, do Iacitá, da cultura alimentar. Primeiro, que se você vai analisar um projeto de cultura alimentar, você tem que saber que ele está sendo feito por mestradas de cultura alimentar. Não é o branco dono do restaurante que usa um fiapo de jambu, e ele vai ser chamado de guardião de cultura alimentar. Um outro problema gravíssimo para quem analisa a cultura alimentar.

A gente teve um problema grave que foi na emergencial da Aldir Blanc, que teve bolo de pote, festival do espetinho, não sei o quê, vegano, teve uma série de pessoas que não são fazedores de cultura alimentar. Isso não significa que eles sejam maus cozinheiros, não é isso. Mas, a falta de instrumentalização desse parecerista sobre o que nós somos, isso é gravíssimo. Porque é muito grave quando ele desconhece a realidade. Porque quando a gente fala de cultura alimentar, quando eu trouxe agora o problema de que existe a cota, mas não existe o conteúdo para a gente estudar, se eu for ter aula de cultura

alimentar, de matriz africana, eu quero ir lá com o Instituto Nangetu, peça licença e benção aqui, Mãe, porque é onde a gente vai aprender. Então, não adianta falar, com toda licença também, aos nossos manos do gospel, mas é gospel, gente.

Não adianta, a gente tem que saber reconhecer os lugares, a gente tem que saber reconhecer os guardiões e guardiãs, porque existe um processo de culturas que são territorializadas, que são identitizadas, que são espiritualizadas. No caso da cultura alimentar, é muito grave, porque a gente vê bolo de pote de cacau. Sim, mas eu posso usar 100% cacau? Isso é um bolo de pote de uma corporação. E o parecerista está analisando isso de uma forma que ele está olhando a economia solidária, ele não está olhando o fazer cultural. Então, ele tem que saber o que ele está fazendo, porque não é o bolo de pote do cacau, é a extrativista do cacau, é a fazedora do remédio do cacau, porque eu tenho certeza que todos esses também vão concorrer. Mas aí a gente esbarra naquela questão do impacto, diz, 'ah, não, mas esse impacto aqui é de 10 pessoas e esse bolo vai atingir não sei quantas pessoas, ele tem um retorno de mídia e o potinho é reciclável e vai ser coletado de forma seletiva.' O que é mais sustentável, gente, um pacote de plástico coletado de forma seletiva, do que uma mestra que coloca uma floresta em pé? É preciso reconhecer as competências. E as competências amazônicas, elas são reconhecidas por amazônicas, elas são reconhecidas raramente por alguém que não é daqui. É preciso saber conceituar cultura, é preciso saber entender o impacto econômico e o impacto cultural, porque não existe fazer cultural sem salvaguarda cultural. E isso tem que aparecer lá no indicador também.

Agora nós vamos ao professor Ivaldo, a pergunta do Valdemar. Bom, eu acho que só a questão da expressão cultural dentro do culto evangélico, por exemplo, inserindo o carimbó, eu acho que a gente já venceu alguns preconceitos. Porém, eu acho que a gente precisa fazer muito mais. Está vindo a COP 30, vai vir gente de todo lugar do mundo, aí chega aqui em Belém do Pará, visitam de repente uma igreja evangélica para ouvir um carimbó e vai ouvir uma música australiana, que é o movimento do worship.”

Mãe Mamet. Já vou para os 80 anos e mais de 30 nós lutamos para ter um conselho. E parabênzo vocês por essa luta de, com sacrifício, fazer a

existência desse seminário. Mas, quero dizer para vocês, pastor, lhe convidar que nós temos um comitê interreligioso aqui no estado que luta porque nós, povos de terreiro, já fomos muitas vezes apedrejados, nossas casas, nossas mulheres. Mas, eu continuo muito e já foram. Quando eu vi o boi, eu me lembrei do Mestre Alarindo. E dos mestres que foram embora.

Continuamos nessa luta, não por nós, mas pelos jovens, pelas mulheres, pelos homossexuais. Então venha para o comitê fazer essa corrente, sabe de quê? Porque eu olho para o senhor, não lhe vejo como um pastor, mas, o vejo como um irmão. E todos vocês, parabenizo, insistam, a palavra é insistência, porque olha, cansa. Para insistência. Mas se não for com luta, a gente não é vencedor. Obrigada.

Fábio Lavareda. Quando o rapaz entrou no *zoom lá*, o carpinteiro de poesia, vocês viram a dor dele falando com o coração do que ele gosta da cultura? Em Portugal, lutando para trazer mais conhecimento. Porque ele vai trazer o conhecimento para contribuir com todo mundo aqui. Porque ele está sentindo no peito o que nós hoje aqui estamos defendendo. E que muitos estão lá no *seu zoom lá*, também escutando.

Trazendo a sua contribuição da sua forma. Então, eu agradeço hoje a cada um de vocês que vieram contribuir, falar um pouco do conhecimento de vocês. O mestre de capoeira hoje falou *aí*, tantos anos que ele tem e eu quero dizer que eu fui para Brasília representar o estado e lá uma coisa muito forte em todas as salas, o hip-hop. Todas as salas eram muito fortes o hip-hop e eu não vejo nos nossos encontros o hip-hop, a defesa do hip-hop. Então, assim, falta mais as pessoas defenderem o que é seu, entendeu? Que bom, mas aí é pouco, entendeu? Falta mais isso, as pessoas virem cobrar, cadê os planos de cultura? Bora vir, bora fazer peso. Cadê o pessoal do carimbó? Bora vir peso, entendeu? O pessoal do gospel também, bora vir, bora lá defender, se é o que eu quero, então bora defender o que eu quero. Agora vem dois, três, fazer defesa, é uma ajuda, mas não é isso que vai fortalecer.

Fafá Sobrinho. Queria acrescentar um pouquinho mais sobre a questão do perfil do parecerista, complementando um pouco o que a Tainá falou, que esse parecerista tem que conhecer realmente cada eixo, cada segmento que está

contemplado nos editais. E também saber distinguir o que é mestre da academia e o que é mestre da cultura popular. Por quê? Porque no edital da Fumbel do ano passado, isso aí, eu nunca vou esquecer na minha vida. Aquela moça que tem uma academia ali, Ana Unger, ela ganhou o prêmio de cultura popular, mestre de cultura popular, enquanto lá do Outeiro, a Mestre Laurene não foi selecionada, não foi contemplada. Porque o parecerista confundiu... É mestre em dança? Como mestre da cultura popular, como guardião.

Então, tem que ter muito cuidado nessa cartilha e nesse perfil, desse parecerista. Ah! Tem que conhecer, inclusive, também, pássaro junino. E outra coisa, algumas propostas de teatro, de performance, não foram aprovadas porque não se *enquadrava* no teatro, também tem que dizer o que é que contém, o que é dança contemporânea, teatro musical, teatro de rua, teatro com boneco, performance. Vamos ver se a gente consegue fazer tudo. É tudo isso, nessa cartilha.

GRUPOS DE TRABALHOS E FORMULÁRIOS



No âmbito dos Grupos de Trabalhos, como parte da programação do evento, adotou-se a metodologia de ouvir e registrar as manifestações dos agentes culturais e fazedores da cultura, quanto aos problemas verificados nos editais e processos seletivos, bem como a indicação de propostas visando ao aprimoramento das políticas públicas culturais na esfera do estado do Pará, em particular, aquelas representadas pelos editais das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, já efetivados e que serão aplicados pela SECULT/PA.

Inicialmente, devido ao quantitativo de pessoas que compareceram, formaram-se dois grupos, sendo que o primeiro reuniu os integrantes dos **eixos 1, 2 e 3 (Patrimônio e Memória; Diversidade; Sustentabilidade)**; sendo o segundo composto pelos agentes culturais vinculados aos **eixos 4 e 5 (Multilinguagens; Tecnologia)**.

Para auxiliar os trabalhos, gerou-se um formulário eletrônico contendo as seguintes perguntas: **1. Existem dificuldades no acesso e utilização das tecnologias para o preenchimento e envio dos formulários, quais? 2. Ocorrem obstáculos na leitura e entendimento dos textos dos editais e seus anexos? 3. Quais os problemas vivenciados durante o processo de inscrição e submissão dos projetos culturais? 4. Estão claros e são adequados os critérios de avaliação adotados nos editais? 5. Os resultados das análises e avaliações realizadas pelos pareceristas são coerentes com os critérios de avaliação? 6. Quais as sugestões visando**

o aprimoramento dos processos seletivos culturais? 7. Outras observações que julgar necessárias.

Um total de 87 formulários foram respondidos, porém, somente pelos participantes residentes em Ananindeua (5, equivalente a 5,74%), Belém (60, equivalente a 68,96%), Bragança (2, equivalente a 2,29%), Breves (1), Cachoeira do Piriá (2, equivalente a 2,29%), Castanhal (1), Concórdia do Pará (1), Floresta do Araguaia (1), Irituia (4, equivalente a 4,59%), Marabá (3, equivalente a 3,44%), Monte Alegre (1), Oeiras do Pará (1), Salinópolis (1), Santa Luzia do Pará, Terra Indígena Alto Rio Guamá (1) Santarém (1), São Miguel do Guamá (1) e Vitória do Xingu (1). Os municípios assinalados com um caso, representaram 1,14% para cada.

A respeito da pergunta se “existem dificuldades no acesso e utilização das tecnologias para o preenchimento e envio dos formulários, quais?”, as respostas indicaram as seguintes Percepções dos agentes culturais:

- Não.
- Sim.
- Não.
- Sim, as comunidades dos fazedores de cultura sempre *embargam* nas dificuldades de acessibilidade às tecnologias, tanto no uso dos instrumentos, computadores, celulares, internet, quanto na formação de pessoas que entendam dos termos dos editais.
- Não.
- Sim, acesso a internet, linguagens, dificuldades de aprendizagens locais.
- Mais ou menos.
- Sim. Não são acessíveis a todos os públicos.
- Sim. Dificuldade de acesso.
- Sim, ao acesso à internet, linguagens, dificuldades de aprendizagens locais.
- Sim, por falta de um notebook.
- Sim, existem muitas dificuldades de acesso e utilização de tecnologias para o envio e preenchimento dos formulários. Dito isso, é preciso analisar problemáticas, como a falta de acesso a internet nos interiores, ilhas e comunidades remotas. Infelizmente isso ainda é uma realidade, o acesso à internet e a tecnologias ainda não chegou a todos. Assim, é necessário pensar-se em uma alternativa plausível que possa sanar essas disparidades. Outrossim, é necessário problematizar também a falta de habilidade com essas tecnologias. Sabemos que o que parece

simples para alguns, pode parecer algo impossível para outros. Logo, pode-se sugerir formações para essas pessoas, disponibilizar meios para que eles possam ter autonomia nesses pontos e assim conseguir submeter seus projetos, sem que careçam de atravessadores, que muitas vezes querem 30, 40, 50% do valor dos projetos.

- Às vezes, sim.
- Sim.
- Não.
- Sim, notebook.
- Sim. Dada a ausência de conhecimentos técnicos, formação de fazedores de cultura, para o uso das ferramentas disponibilizadas nos editais e que não oferecem acessibilidade a toda a população do estado.
- Não sente dificuldade.
- Sim. A plataforma “Mapas”, não é amigável, acessível e de fácil utilização.
- Sim, muitas vezes os sites caem ou não salvam a informação que foi colocada, às vezes acontece de não carregar os arquivos que precisam ser anexados, por conta do tamanho ou não informam se o arquivo foi anexado.
- Sim.
- Sim. Existem populações sem acesso a tecnologia.
- Internet congestionada, na hora de finalizar as propostas que muitas vezes não vão. Aparecem erros e tem que se digitar tudo de novo. Plataforma Congestionada.
- Às vezes, no processo de entrada na plataforma.
- Sim, para quem não tem letramento digital, principalmente, os mestres e as mestras do interior do estado.
- A nossa maior dificuldade aqui na comunidade é o acesso a internet.
- Sim.
- Depende, pois dependo da internet do celular.
- Acredito que não.
- Sim, principalmente na nas questões relacionadas ao preenchimento de CNPJ, devido às repetidas perguntas.
- Sim. Os sistemas utilizados muitas vezes apresentam *bugs*, o que torna difícil seu preenchimento, principalmente caso você não tenha um computador para fazê-lo, o que representa uma maioria do setor cultural paraense. Além disso, grande parte do estado não tem acesso a internet de qualidade, o que dificulta a participação de projetos desenvolvidos por comunidades indígenas, quilombolas e rurais de modo geral.
- Sim. Sou da Rede de Bibliotecas Comunitárias e atendemos comunidades da periferia que não possuem acesso a estes recursos tecnológicos.
- Chegar nos municípios

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Sim. Muitos fazedores de cultura indígenas não possuem acesso à internet de qualidade, computadores ou celulares adequados para lidar com plataformas burocráticas. Além disso, os sistemas utilizados para inscrições são complexos, exigem conexão estável e muitas vezes não consideram a realidade dos territórios indígenas, onde a infraestrutura digital ainda é precária.
- Sim, um grande número de mestres e fazedores de cultura não tem domínio da linguagem técnica e das ferramentas tecnológicas.
- Seria interessante que alguns modelos de documentos que as pessoas devem preencher e enviar, que ao invés de ser disponibilizado no formato PDF, fossem disponibilizados em formato de edição, como DOC ou mesmo ODT, tipo documento que pode ser aberto e editado no editor de texto livre e gratuito LibreOffice.
- Sim, pela dificuldade de acesso a informações completas.
- Sim. Internet deficitária, linguagem formal.
- Os mestres de cultura popular devem conseguir inscrever seus projetos, por meio de vídeos. Alguns deles não sabem escrever.
- Nenhuma.
- Sim, por causa da questão das plataformas que carregam e descarregam constantemente, assim, sempre nós temos que reiniciar quando dá algum erro. E também, sobre a questão da internet que nós temos dificuldades para acesso e acessibilidade.
- Não existem dificuldades do tipo.
- Sim, difícil acesso a internet em alguns lugares.
- Não.
- Sim. Falta de acesso à internet e compreensão dos termos, conceitos e vocabulário do edital.
- Sim. Os fazedores de cultura não têm o conhecimento técnico de editais rebuscados, cláusulas de difícil entendimento, sem acesso à internet, distâncias longínquas e de gestão.
- Sim, muitas.
- Sim. Falta de objetividade e instrução nos editais, perguntas repetitivas e critérios subjetivos. O serviço de internet no estado do Pará é precário e caro, o que por si só já faz o processo excludente. A exigência excessiva de documentos e certidões.
- Sim, muitas das vezes, a compreensão sobre as técnicas abordadas difere da linguagem cultural dos fazedores de cultura dentro do município.
- Sim, o uso das tecnologias pelos fazedores de cultura que se estende para populações de um modo geral, pois todos nós sabemos que o uso das tecnologias é um assunto novo e o acesso é difícil e vai impactar diretamente no envio de projetos, tendo como consequência a devolução de dinheiro.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Falta de acesso à internet e equipamentos. Muitos fazedores de cultura não possuem conexão estável ou dispositivos adequados; baixa familiaridade com plataformas digitais; dificuldade em preencher formulários e anexar documentos; interfaces complexas e pouca acessibilidade; plataformas pouco intuitivas e sem suporte para pessoas com deficiência; excesso de documentação e requisitos técnicos; necessidade de digitalizar arquivos e preencher formulários extensos; instabilidade das plataformas; erros no sistema e quedas frequentes, dificultam o envio; falta de suporte técnico e capacitação; poucas orientações disponíveis para auxiliar os proponentes.
- Creio que não, porém, algumas pessoas têm dificuldade no preenchimento, principalmente, os próprios fazedores de cultura, que com isso acabam buscando profissionais na área das tecnologias para fazer o trabalho, sendo que alguns desses profissionais cobram caro pelo serviço.
- Sim, há diversas dificuldades, principalmente, para os fazedores de cultura das áreas rurais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e territórios periféricos, etc, principalmente, do interior do estado. Muitas comunidades enfrentam problemas de conectividade à internet, falta de acesso a equipamentos adequados e dificuldades no manuseio das plataformas digitais utilizadas para a inscrição. Além disso, os formulários são extensos e pouco intuitivos, dificultando o preenchimento por aqueles que não possuem familiaridade com processos burocráticos digitais. E isto requer adequação linguística e procedimental, para simplificar a linguagem dos editais, evitando termos excessivamente burocráticos que possam excluir comunidades, cuja comunicação se dá prioritariamente por oralidade e permitir apresentação de propostas por meio oral (vídeos, áudios, entrevistas presenciais ou remotas), sem exigir exclusivamente registros escritos.
- De minha parte, não.
- Sim. Linguagem técnica e rebuscada demais para a realidade cultural, principalmente para mestres e mestras de cultura.
- Não vejo dificuldades.
- Quem depende da internet há de convir que já é uma dificuldade, porque a internet cai e quando chove piora mais ainda. O tamanho do preenchimento do formulário nos faz ficar 3 a 4 dias para colocar um projeto cultural na plataforma e nem todo artista consegue pagar uma produtora cultural para efetivar esse trabalho. Diminuir e facilitar o tamanho do formulário, já ajudaria muito. E já tá mais que na hora da secretaria aceitar projetos onde se gravam vídeos da apresentação do projeto, áudios, especialmente, para quem mora em áreas rurais, quilombolas e do campo.

No caso da pergunta “**2. Ocorrem obstáculos na leitura e entendimento dos textos dos editais e seus anexos?**”, os participantes registraram que:

- Sim.
- Não.
- Não.
- Não.
- Sim, os fazedores de cultura precisam de capacitação para compreender os pontos solicitados no edital, propomos também que agentes da comunidade sejam preparados para auxiliar os fazedores dentro da leitura e compreensão dos editais.
- Sim.
- Sim, linguagens, acesso a internet, auxiliar no planejamento dos mestres e seus projetos.
- Sim, muitos, pois são linguagens muito técnicas.
- Às vezes faltam informações específicas.
- Sim, pela dificuldade de acesso.
- Sim, linguagens, acesso a internet, auxiliar no planejamento dos mestres e seus projetos.
- Mais clareza.
- Isso é muito recorrente, é preciso dizer que a linguagem dos editais é muito formal, muitos termos técnicos que muitas vezes possuem palavras equivalentes que poderiam ser empregadas e trazer o melhor entendimento. Sabemos que o edital é um documento formal, mas, em sua maioria os fazedores de cultura não têm domínio sobre essa norma culta, e mesmo que tenham, acredito que esse não é o ponto, deve-se pensar em editais mais populares, mais pertinentes a nossa realidade. Caso seja preciso fazer uso de linguagem técnica, é necessário explicitar ela posteriormente, uma vez que o não entendimento pode comprometer a idealização do projeto.
- Às vezes parece confuso.
- Não.
- Sim. Por obstáculos sobrepostos dada a linguagem utilizada nos editais, que seguem a mesma das redações das leis norteadoras dos certames. Da forma, exigida para a escrita dos projetos, que não alcança a toda população do estado, nem as realidades locais de cada território e da forma exigida para prestação de contas dos projetos aprovados nos editais.
- Sim, a linguagem é muito técnica.
- Sim. Os editais poderiam ser mais acessíveis, menos burocráticos e com textos objetivos e diretos. Ampliar as formas.
- A linguagem é técnica e às vezes ambígua, fazendo com que a gente não consiga entender 100% o que o edital quer dizer.
- Muitas vezes o acesso e a burocracia, dificulta.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Sim. A linguagem nem sempre é acessível a todos.
- Para mim, exclusivamente, não. Mas, muitas pessoas do meu setorial e de outros setoriais me pedem auxílio.
- Sim, por causa da linguagem jurídica, principalmente, para os fazedores do interior do estado.
- Sim, os editais são muito complexos, na maioria das vezes, não compreendemos alguns itens.
- Sim, é o que mais ouvimos nos questionamentos.
- Sim, vocabulário muito difícil.
- Sim, os fazedores de cultura precisam de capacitação para compreender os pontos solicitados no edital. Propomos, também, que agentes das comunidades sejam preparados para auxiliar os fazedores, dentro da leitura e compreensão dos editais.
- A organização do Mapa Cultural é um pouco confusa, havendo dificuldades para achar onde estão os anexos disponíveis de cada edital.
- Sim, principalmente sobre a clareza na forma de linguagem, poderia ser mais acessível e simples.
- Sim. A comunicação dos editais é extremamente técnica e acadêmica, a qual exclui grande parte dos fazedores de cultura, em especial, dos produtores e artistas indígenas. Uma comunicação governamental tem como obrigação ser de fácil compreensão e possibilitar a inclusão de profissionais nos seus mais diversos graus de instrução, e isso não ocorre.
- Sim, principalmente para as pessoas sem formação superior.
- Sim, eles são muito técnicos e quando fazem vídeo explicando o edital, a linguagem não alcança as necessidades, por não ser uma linguagem popular.
- Sim. Os editais são escritos em uma linguagem técnica, acadêmica e excludente, que não dialoga com a diversidade linguística e cultural dos povos indígenas. Não há material explicativo adaptado às diferentes realidades e muitas etnias sequer são informadas sobre a abertura desses editais. A falta de acessibilidade na comunicação exclui diversos povos do acesso às verbas culturais.
- Um pouco.
- Sim. Além de muito burocráticos, os editais têm linguagem muito prolixa e dificulta a compreensão por pessoas que não possuem o saber acadêmico, da linguagem e por consequência também vão se expressar dentro do contexto linguístico da sua região. Penso que devem ser menos burocráticos e além da linguagem, os editais também devam proporcionar uma melhor coerência entre as maneiras de como os fazedores culturais se expressam e o que os pareceristas avaliam e de forma empática interpretam os projetos.
- Não.
- Com certeza, por entender que temos dificuldade na leitura dos editais.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Sim, a linguagem é muito técnica o que dificulta nosso entendimento.
- A formatação dos editais, poderiam ter uma linguagem menos rebuscada para um melhor entendimento de todos.
- O excesso de linguagem técnica dificulta o entendimento de muitas pessoas a decifrarem sobre o que realmente o edital quer dizer e sobre o que abrange a verdadeira cultura amazônica, dentro da nossa simplicidade mais eficiência e conhecimento empírico.
- Sim.
- Para mim, que sou acadêmico e que passei 10 anos *me batendo* para aprender a linguagem desses editais, não. Mas, acredito que esses editais não devem atender apenas esse perfil de fazedor de cultura. Logo, acredito que é possível, sim, a linguagem ser mais direta e simples.
- Termos técnicos.
- Sim. A burocracia do entendimento jurídico e contábil.
- Sim, no meu caso devido ao meu problema de saúde.
- Sim. Por vezes são repetitivos com boxes do tipo justificativa, explique o projeto, ao que o projeto se propõe, quais os objetivos e [...] a quem se destina o projeto e qual o público alvo.
- Exato, muita burocracia e termos técnicos que complicam o entendimento dos editais.
- Os editais são instrumentos que se popularizaram, mas não se democratizaram. Nós, estamos aqui, justamente, para melhorar estas lacunas que é uma das soluções. Falta mesmo esta capacitação durante.
- Linguagem burocrática e técnica. Os editais costumam usar termos jurídicos e administrativos complexos, dificultando a interpretação, textos extensos e pouco objetivos. A grande quantidade de informações pode confundir os proponentes e tornar o entendimento cansativo. Falta de clareza nas regras e exigências, alguns critérios de avaliação e prestação de contas não são explicados de forma acessível. Pouca acessibilidade, ausência de versões simplificadas, audiodescrição ou tradução para libras, dificulta a inclusão de todos. Dificuldade na interpretação dos anexos, tabelas, planilhas orçamentárias e documentos exigidos, podem ser complexos, para quem não tem experiência com esse tipo de material.
- Com certeza, sim, por conta de palavras técnicas que não são do conhecimento de muitos.
- Sim. Os editais são escritos em uma linguagem extremamente técnica e jurídica, o que torna a compreensão difícil para muitos fazedores de cultura, especialmente, aqueles com menor nível de escolaridade formal. O uso excessivo de termos burocráticos e a falta de exemplos práticos dificultam a interpretação das exigências e obrigações. Além disso, não há materiais acessíveis como versões simplificadas,

audiovisuais ou em formato de áudio para atender às diversas realidades culturais da Amazônia. As secretarias de cultura, antes de lançar editais de fomento à cultura, têm a responsabilidade institucional, ética e legal de garantir que os processos sejam inclusivos e acessíveis, respeitando a oralidade dos mestres da cultura popular, indígenas, quilombolas, povos tradicionais e etc.

- Sim, os textos são confusos e extremamente redundantes. Precisam ser mais diretos, objetivos, sem rodeios.
- Em parte.
- Sim, devido ao colocado acima.
- Sim, pois povos indígenas são excluídos de recursos devido à linguagem técnica, falta de acessibilidade, comunicação ineficaz e burocracia nos editais, limitando seu acesso a verbas culturais e oportunidades de desenvolvimento.
- Editais gigantescos, quadrados, que não dialogam com a criatividade cultural que vivemos. Não dialoga com a forma que pessoas da criatividade atuam. É preciso reconhecer a vida de quem atua com a cultura. Esses editais de mais de 30 páginas não nos ajudam. É preciso fazer apresentações dinâmicas, com mais clareza de entendimento, de visualidade.

Tratando-se da pergunta “**3. Quais os problemas vivenciados durante o processo de inscrição e submissão dos projetos culturais?**”, houve os seguintes registros:

- Burocracia, muitas certidões, palavras as quais dificultam o entendimento e a dificuldade de contato com a organização dos projetos.
- Os projetos submetidos *embargam* em problemas, principalmente, documentais, que os fazedores não conseguem acesso.
- Documentação.
- Nenhum.
- Análise de portfólio, que parece que não é levado em consideração, então porque solicitam?
- Entendimento.
- No caso do Setorial Cultura Gospel, é fazer os pareceristas *nos verem* como fazedores de cultura e, com relevância como os demais setoriais.
- Linguagem técnica.
- Dificuldades de ser categorizado como cultura, pelo fato de ser de segmento religioso evangélico.
- Planilhas, às vezes, vêm bloqueadas, como da PNAB estadual 2025.
- Conhecimento sobre as etapas.
- Ainda não entrei com nenhum processo.
- Acesso a internet.
- Exigência em ter todas as acessibilidades.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Falta de habilidade e familiaridade com a escrita em si, muitos produtores culturais não têm essa habilidade e acabam tendo que recorrer a outros produtores que cobram valores exorbitantes e comprometem a execução do projeto.
- O funcionamento das plataformas.
- Comunicação entre os selecionados e Secult com retorno lento e ou inexistente. Relatório de prestação de contas da LPG, até o momento, sem retorno. No edital, de pontos de cultura, ficamos inabilitados por exigências de documentos que foram apresentados a tempo, depois, surgiu outra pendência que não constava nos critérios do edital, para pontos com CNPJ, sanamos a primeira pendência informada e depois informaram outra pendência. O edital foi confuso neste aspecto.
- Durante a inscrição, não foi enviado um e-mail de confirmação, o que gerou confusão.
- Um maior esclarecimento nas palavras.
- Inúmeros, que são originados por conta da não disponibilidade de canais que possam orientar as respostas geradas a partir das dúvidas e realidade de fazedores de cultura. Que profissionais com conhecimentos e técnicas possam não somente ser disponibilizados a orientar pessoas com dúvidas, mas também, que possam fornecer auxílio para atender exigências de questões como certidões negativas, elaboração e prestação de contas de projetos.
- Excesso de burocracia e dificuldade com bancos.
- As avaliadoras não entendem da nossa cultura e não entendem as dificuldades.
- Nenhum.
- Dificuldade.
- Texto demasiadamente técnico e documentações.
- Muitas vezes o tamanho do arquivo não é compatível com a quantidade de documentos que é necessário anexar e as imagens vão perdendo a qualidade. A quantidade de documentos exigida também é um grande problema.
- Falta uma clareza nos avaliadores, que muitas vezes, não analisam nossos projetos com o olhar da vivência.
- São vários, destaco a burocracia, quanto a exigência de diversos documentos.
- Dificuldades de acesso à internet.
- Plataforma congestionada e erros do sistema.
- Muitas das vezes, a lentidão na hora de ingressar na plataforma.
- A começar, pela inscrição no Mapa Cultural e depois toda a enorme burocracia.
- Primeiro, é ter acesso ao Mapa Cultural, geralmente, o suporte demora a tentar solucionar nosso questionamento.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Alguns conceitos utilizados não são claros, tornando o atendimento dos requisitos mais difíceis, há necessidade de uma linguagem mais acessível, há dificuldade no acompanhamento e falta mais transparência no andamento do processo.
- Falta clareza, não.
- Falta de apoio técnico para orientar com relação ao processo, desde a construção do projeto cultural, aos fatores culturais de cidades e localidades distantes.
- Burocracia de documentos
- Os projetos submetidos, embargam em problemas, principalmente, documentais que os fazedores não conseguem acesso.
- Não encontrei dificuldades relevantes.
- O processo de inscrição no meu ponto de vista é bem fácil e objetivo.
- Excesso de burocracia e documentações solicitadas que não são de fácil acesso e muitas delas que são excludentes com a realidade dos profissionais, especialmente, os indígenas e ribeirinhos. Ausência de suporte técnico e comunicação ineficaz entre produtores e setor organizador do edital, prazos curtos para desenvolvimento dos projetos, além de verbas baixíssimas e que não possibilitam que os profissionais participantes sejam remunerados de modo justo, além de problemas técnicos do próprio site que dificultam o envio dos projetos.
- Planilha, o envio, excesso de documentos e também portfólio satisfatório.
- A falta de conhecimento tecnológico, a maioria dos artistas, fazedores de cultura, não têm um entendimento tecnológico e nem sabem entrar no mapa.
- Os principais problemas incluem: excesso de burocracia e metodologias acadêmicas, que não reconhecem as formas tradicionais de produção cultural indígena, falta de suporte técnico e acompanhamento para que indígenas possam compreender e preencher corretamente as exigências dos editais, prazo curto e divulgação ineficaz, que não permite que os povos indígenas organizem suas propostas de forma adequada, desconhecimento dos editais por grande parte das etnias, devido à ausência de comunicação efetiva e descentralizada.
- Temos no nosso grupo uma pessoa que faz para nossa entidade.
- São muitos, inclusive, o desconhecimento das ferramentas solicitadas nos editais. Porém, muito mais grave e problemático, são as maneiras e critérios com que os pareceristas analisam, interpretam e avaliam os projetos e os mestres, onde quase sempre, desconhecem a realidade amazônica de fazer cultura.
- Praticidade e palavras menos técnicas.
- Algumas vezes, ocorrem erros de processamento das informações pelas plataformas.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Por não ter acesso a internet e a inscrição, muita dificuldade para as pessoas entrarem no edital.
- Linguagem inacessível. Na falta de algum documento não eliminar de primeira, fazer comunicação solicitando o documento faltante, que erros ortográficos não tirem pontos, áreas com dificuldade de acesso a internet tenham uma possível pontuação maior nos editais. Dificuldade de certidões municipais obrigatórias para a inscrição nos editais.
- A inscrição precisa ser mais acessível aos nossos anciões.
- Para casos em que necessita-se de evidências, não há espaço para enviar links, fotos, vídeos, etc, para tais evidências.
- Falta de respostas, quando eventuais dúvidas.
- Exigências em relação à acessibilidade.
- A dificuldade é que são muitos documentos pedidos, as pessoas, às vezes, não têm acesso, muitos não conhecem e nem sabem para o que significa. Então, dessa forma, é a submissão dos projetos elas acabam sendo difíceis, por causa de arquivos, que tem que ter um certo peso, um certo tamanho, um certo formato e tem muitas pessoas que não tem o conhecimento de como transformar ou de como fazer.
- A linguagem de difícil compreensão, a dificuldade de elaboração dos projetos e a necessidade de aplicação de oficinas de ensino de elaborações de projetos e conhecimento de políticas e leis culturais de incentivo.
- Ainda não realizei, pela primeira vez.
- Os projetos submetidos *embargam* em problemas, principalmente, documentais, que os fazedores não conseguem acesso.
- A parte de pouco entendimento dos itens, não fica bem explicado.
- Nenhum problema grave.
- Muito burocráticos.
- Compreender os termos técnicos, conceitos. Dificuldade de acesso à internet.
- Anexos e número de páginas para anexar.
- Não tive problemas.
- A falta de documentação hábil por falta de informação dos editais.
- Devido a minha idade eu sempre preciso de uma pessoa para me orientar.
- Precariedade digital do estado do Pará, exclusão digital, ausência de métodos que considerem a diversidade de povos, gênero e PCD, como por exemplo, ausência de inscrição oral e por whatsapp, ausência de um tira-dúvidas, constante e no relatório de não habilitação ou não aprovação. E mesmo quando cumprida as condicionantes dos relatórios, os resultados raramente são alterados, o que demonstra que não passa de um protocolo, ao invés de uma correção do resultado. O orçamento destinado entre as expressões culturais não leva em conta as realidades locais e quando são destinados a CNPJs os valores são reduzidos.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Uma linguagem muito técnica, fora dos padrões da nossa realidade.
- Direcionada a planilha orçamentária e o apoio do conselho em municípios de pequeno porte, ou seja, Portel.
- Bem, sobre as inscrições, a mesma esbarra no entendimento da linguagem de algumas etapas e em relação a submissão dos projetos culturais esbarramos, algumas vezes, na falta de conhecimento, compreensão sobre a realidade de cada projeto.
- Dificuldades tecnológicas, instabilidade das plataformas online, causando erros no envio. Exigência de formatos específicos para documentos e mídias, dificultando o *upload*. Falta de acesso à internet de qualidade, principalmente, em áreas periféricas. 2. Complexidade dos editais, linguagem burocrática e difícil de interpretar. Falta de clareza nas exigências, como critérios de avaliação e prestação de contas. Anexos complicados, como planilhas orçamentárias e documentos técnicos. 3. Excesso de burocracia, grande número de documentos exigidos, como certidões, comprovações e declarações. Necessidade de CNPJ ou comprovação de atuação cultural, dificultando para artistas independentes. Dificuldade em acessar informações sobre regulamentações específicas. 4. Falta de suporte e capacitação de atendimento ineficiente para tirar dúvidas. Que o Conselho Estadual de Cultura tem poucas oficinas ou guias explicativos sobre o preenchimento dos formulários. Baixa acessibilidade para pessoas com deficiência ou baixa escolaridade. 5. Curto prazo para inscrição, pouco tempo para ler, entender e preencher corretamente os formulários. Dificuldade em reunir toda a documentação exigida dentro do prazo.
- No nosso caso a prática mesmo de atender o edital.
- No processo de inscrição, não vejo problemas, porém, o problema ocorre com solicitação das certidões.
- Instabilidade do sistema de inscrição, que trava ou sai do ar, principalmente, nos últimos dias de prazo, prejudicando quem depende de internet instável, excesso de documentos exigidos, o que gera dificuldades, principalmente, para quem não possui CNPJ ou não tem condições de reunir toda a documentação no tempo determinado, ausência de suporte técnico eficiente, já que muitas dúvidas não são respondidas de forma clara pelos canais de atendimento, dificuldade de participação de coletivos e grupos informais, que acabam ficando de fora devido à falta de categorias específicas, para atender às suas realidades.
- Prazos.
- Nenhum.
- Muitas coisas são pedidas para envio, quão difícil é colocar tudo em um link único, transmitido na inscrição, pois muitas das informações já estão disponíveis devido ao seu uso constante.

- Falta de clareza nos critérios e parâmetros utilizados, na avaliação dos projetos.
- Nem sempre a internet é de boa qualidade, além de dificuldades em acessar e lidar com as tecnologias, tipo de extensão dos arquivos a serem anexados e correlatos.
- Antecede a inscrição, reunir a documentação.
- Os indígenas enfrentam obstáculos em acessar recursos e oportunidades devido à burocracia, linguagem técnica, acadêmica e excludente, falta de suporte e divulgação inadequada.
- Tempo curto, editais longos. A falta de participação e diálogo com quem atua com a cultura, a Secretaria de Cultura não é uma secretaria que atua com a democracia participativa e isso precisa urgentemente mudar, porque a nossa política é participativa. Ouvir críticas e demandas que não os agradam, é o que faz avançar e seguir rumo a uma política que atinja melhor a todas, todes e todos.

Quanto à pergunta **“4. Estão claros e são adequados os critérios de avaliação adotados nos editais?”**, as respostas indicaram que:

- Sim.
- Não.
- Não, os fazedores de cultura encontram problemáticas nas avaliações, pois além da complexidade da linguagem escrita nos editais, os avaliadores também aparecem como barreira no processo, pois não são conhecedores da realidade vivenciada pela comunidade em que se encaixa o fazedor de cultura.
- Não, a dificuldade linguística é muito grande e certidões de grande dificuldade.
- Sim.
- Não.
- Estão claros para nós, mas, para que avalia, está?
- Muitas vezes, não.
- Não estão.
- Não sei.
- Os critérios de avaliação deveriam ser mais abertos, no sentido de não excluírem segmentos, como o evangélico.
- Faltam especificar claramente se é possível se inscrever em mais de um edital da PNAB estadual, sendo PJ.
- Não. Falta entendimento e compreensão.
- Os que já li, sim.
- Muitas vezes, não.
- Não totalmente
- Sim, no entanto, a checagem de documentos de habilitação foi bastante confusa.
- Acredito que sim.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Não, pois é muito difícil o entendimento de critérios avaliativos que desconsideram o saber popular, a vivência comunitária, a oralidade das populações originárias e tradicionais, a realidade amazônica, a disponibilidade de equipamentos, tecnologias, e profissionais locais.
- Alguns critérios são muito pesados e alguns mestres não conseguem entendimento para conseguir esses recursos.
- Claríssimos.
- Não. Muitas das vezes, a avaliação dá preferência a projetos com termos técnicos e que apresentem um conhecimento acadêmico em detrimento do conhecimento popular e da possibilidade de escritas mais simples.
- Nem sempre.
- Sim, porém, ainda são excludentes.
- Não.
- Muitas vezes são confusos, até parecem “pegadinhas” de concurso.
- Muito difíceis de serem interpretados, principalmente, para os mestres e mestras.
- Não são claros, muitas das vezes estão com palavras técnicas de mais.
- Não são muito claros e em alguns casos não são muito adequados.
- Não, os critérios de avaliação estão claros.
- Ainda estamos nos apropriando desse conhecimento, minha preocupação é compreender para poder ajudar os *feitores* culturais de minha cidade.
- Excesso de burocracias.
- Até o momento, ainda não.
- A problemática de ausência de comunicação eficaz e clara presente nos critérios de avaliação também. Apesar de descritos, eles não apresentam clareza e fácil compreensão a todos os fazedores de cultura, além de muitas vezes, reproduzir conceitos eurocêntricos, coloniais e ignorantes em relação às manifestações culturais de povos originários.
- Não, nunca. Muitas injustiças pelos pareceristas.
- Não estão claros.
- Não inteiramente. Embora os critérios estejam formalmente descritos, eles não consideram as especificidades da produção cultural indígena. O modelo de avaliação utilizado prioriza padrões ocidentais de cultura e arte, desconsiderando as manifestações tradicionais dos povos originários.
- Sim.
- Nem tanto, na maioria das vezes, os critérios adotados não estão adequados e em consonância com a realidade amazônica de fazer cultura. Penso que mais grave é que somado a essas questões e depois de os fazedores culturais conseguirem cadastrar seus projetos, os pareceristas demonstram exagerada falta de sensibilidade cultural e empatia com a realidade da prática cultural amazônica.
- Não, na maioria.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Não são claros. Tem muita burocracia nestas avaliações.
- Não estão claros os critérios, têm critério que não contempla o trabalho de fazedores da cultura periféricos, já fomos desclassificados por receber nota zero em links de matérias de jornais em grandes mídias.
- Precisam avaliar melhor as cotas. Tem gente entrando em cota de indígena e que não é indígena. Tem que ser verificado melhor o acesso às cotas. Há que se ter uma melhor distribuição também para as outras regiões, fora da metropolitana.
- Não. Muitos itens são avaliados de forma subjetiva, dependendo muito da vivência do avaliador e às vezes, privilegiando muito grupos *minoritários*.
- Deveriam fazer um paralelo da trajetória artística do proponente, de quando iniciou até os tempos atuais e isso deveria ser considerado, sem deixar de valorizar os que têm menos tempo de trajetória.
- Critério de avaliação são extremamente confusos a questão de o não conhecimento a não vivência e a não sensibilidade a certos linguagens e também o cuidado por não entender que muitas pessoas são analfabetas e não tem como entender as linguagens técnicas e também ter apenas um conhecimento empírico das artes culturais e das vivências.
- Não estão.
- Aparentemente sim, mas talvez seja necessário ser mais claro e objetivo no texto, sem brecha para subjetividades.
- Nem todas às vezes.
- Sim.
- Mais ou menos
- Não.
- Não muito claros.
- Não são claros. Não são objetivos, não são de linguagens adequadas aos fazedores de culturas e mestres de distintas regiões e segmentos.
- Não, pois deveria ser diferenciado porque no meu caso seria muito repetitivo, está falando isso para os mais jovens o que tem mais facilidade com internet.
- Não, especialmente porque a avaliação se dá de forma subjetiva e não nos é permitido contestar o resultado. Podemos entrar com o recurso, mas nunca a Secult reenviou um resultado incorreto, especialmente, no campo da cultura alimentar.
- Não.
- Não, exatamente, pelo desconhecimento teórico do desenvolvimento avaliativo.
- Pensamos que os critérios adotados nem sempre favorece as demandas enviadas
- Nem sempre os critérios de avaliação dos editais são claros e adequados. Os principais problemas observados incluem: 1. Falta de

transparência, muitos editais não explicam detalhadamente como os critérios são aplicados na pontuação. Não há informações suficientes sobre o perfil dos avaliadores e sua experiência na área cultural. 2. Subjetividade na avaliação, alguns critérios são vagos, como "impacto cultural" ou "relevância artística", sem uma definição objetiva. Falta padronização nas notas atribuídas, o que pode gerar interpretações diferentes entre os avaliadores. 3. Desigualdade na competição, pequenos produtores culturais e artistas independentes competem com grandes instituições, sem diferenciação adequada. Exigências como experiência prévia e portfólio podem dificultar a aprovação de novos projetos. 4. Falta de retorno para os proponentes, muitos editais não fornecem justificativa detalhada sobre a pontuação recebida. A ausência de possibilidade de recurso ou reavaliação prejudica a transparência do processo.

- Na maioria das vezes, não.
- No momento não vejo problemas quanto aos critérios de avaliação, porém, as notas de acordo com cada critério deveriam ser enviadas aos proponentes, uma vez que, muitos dos editais só apresentam o nome do proponente e a situação de aprovado ou desclassificado. A nota deve aparecer também para garantir clareza e lisura do processo.
- Não completamente. Além de serem descritos de forma técnica e pouco acessível, não há uma padronização clara de como os critérios são aplicados pelos pareceristas. Muitos proponentes relatam que pareceres são superficiais e não justificam de forma detalhada as notas recebidas. Além disso, há uma discrepância na forma como os projetos de diferentes regiões são avaliados, favorecendo grandes centros urbanos e desfavorecendo os fazedores de cultura do interior, que não possuem histórico de projetos já aprovados ou acesso facilitado às redes culturais estabelecidas.
- Muitas vezes não, pois os pareceristas parecem não ter experiência sobre o que estão avaliando, principalmente, com relação à cultura local e às “novas” culturas.
- Os critérios são nítidos, excetuando a tal de meritocracia (quando exigida). Os e as pareceristas, nos parece, não entenderem esses critérios como os fazedores e fazedoras entendem.
- Estão claros, porém muito excludentes, pois a escrita e a linguagem não contemplam grande parte da população. Sobre a avaliação, precisamos ter olhares sensíveis para indígenas de retomada, pois somos povos e indivíduos abandonados pelo Estado.

Diante da pergunta “**6. Quais as sugestões visando ao aprimoramento dos processos seletivos culturais?**”, as respostas demonstraram a necessidade de:

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Vídeo dos fazedores de cultura e desburocratizar o sistema, retirando certidão de difícil acesso, popularizar a linguagens e transformar o sistema mais leve no celular. Levando como ponto principal a vivência do agente cultural e suas necessidades.
- Inscrições por vídeo dialética do edital com acessibilidade para os mais leigos. Adequação de membros das comunidades para compreender os textos dos editais.
- Vivências dos agentes culturais e suas necessidades, popularizar a linguagem e transformar o sistema mais leve no celular.
- Editais mais simples.
- Que de fato seja cumprido o que foi aprovado no CEC e que CAFA Setorial tenha suas demandas atendidas.
- Neste momento não tenho nada a indicar.
- Primeiro a suspensão de juízos de valor, partidários e religiosos contemplando todos os segmentos de modo equânime.
- Enviam sempre espelho de notas justificando de forma clara cada discriminação.
- Maior visibilidade.
- Sem resposta.
- Que seja realizada a avaliação de acordo com a vivência.
- Oferecer treinamentos abrangentes sobre elaboração de projetos culturais.
- Já dei algumas sugestões nas minhas respostas.
- É necessário a transparência, definir quantitativos para artistas solos e coletivos.
- Que sejam mais coerentes na análise dos projetos.
- Melhoria da comunicação e aprimoramento do processo de habilitação de documentos, evitando equívocos e irregularidades. Inserir no cronograma oficial o prazo de retorno da Secult aos relatórios de prestação de contas.
- Maior divulgação - oportunidades para recém graduados.
- Ter mais pessoas qualificadas para atender os fazedores, com mais clareza nas palavras de explicação.
- Que possa haver capacitação aos responsáveis pela escrita dos editais e que as mesmas *condizam* com as realidades amazônicas, atendendo as diversas populações territoriais, que avaliadores dos certames, sejam orientados e capacitados a observarem questões descritas nos orçamentos, e que são justificadas no conjunto de textos dos projetos, para que não devam ser desconsideradas somente pelo entendimento desses profissionais.
- Nós indígenas, falta de análise histórica, antropológica segundo o olhar dos povos sobre a para acesso de “perdas” na construção do Brasil.
- Que as avaliadoras estejam mais abertas a entender os problemas de casa ponto.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Que sejam conhecedores do trabalho desenvolvido pelos grupos a serem julgados, que levem em consideração o tempo de atuação dos mesmos e participação como grupos representativos no estado e país. Prêmios conquistados.
- Que o edital tenha cotas para GLBTQIAPN+.
- Abrir a possibilidade do envio em formato de vídeo de inscrições que detalham o projeto e como será executado, ao invés somente de inscrições em formato de texto. Editais separados para cada setorial. Escolher pareceristas preferencialmente amazônidas e caso não seja amazônida que este tenha conhecimento da realidade do estado do Pará
- Linguagem acessível, revisão de documentações excessivas.
- Que sejam feitas de formas mais claras as perguntas e as documentações exigidas, muitos fazedores culturais não possuem educação formal completa ou acesso à internet e são prejudicados por suportes que todos têm os mesmos parâmetros.
- Editais com menos burocracia, uma cartinha onde possamos nos guiar, facilitar a linguagem para que todos, inclusive, os mestres possam ter mais entendimento.
- Mais coerente na análise dos projetos.
- Linguagem acessível menos burocracia, contemplar maior número de proponentes, disponibilizar equipe técnica para assessorias e apoio nas inscrições, principalmente, nos territórios distantes, pareceristas competentes nas avaliações de acordo com o setorial avaliado.
- Clareza nos critérios de avaliação e flexibilidade. Não apresentação de portfólio.
- Pensar nas diversas categorias e configurações dos acessos. Editais via vídeo para aquelas categorias que possuem um outro tipo de linguagem. Fazer uma análise crítica a respeito do modelo de editais e facilitar através de outros processos a inclusão de categorias considerando as suas vulnerabilidades. Exemplo: acesso aos meios virtuais, localização considerando o fator amazônico.
- Que para cada seguimento, haja especificidade na escolha dos pareceristas.
- Realizar formações, principalmente, no interior do estado, nas regiões de integração.
- Fazer um chamamento aos fazedores de cultura, através das redes sociais ou subsidiar o conselho, para fazer essa capacitação com os fazedores de cultura.
- Mais transparência e linguagem mais clara, objetiva e mais condizente com a realidade dos produtores culturais locais.
- Conhecer mais a realidade de cada grupo.
- Pensando nos *feitores* culturais mais distantes, precisamos de uma capacitação, que nos oriente, sobre os trâmites a serem realizados, passo a passo.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Linguagem comum, a fim de atingir uma quantidade maior de pessoas periféricas com projetos bons.
- Inscrições por vídeo dialética do edital, com acessibilidade para os mais leigos. Adequação de membros das comunidades para compreender os textos dos editais.
- Acredito que o processo de seleção está apropriado
- Minha sugestão é a seguinte: se o edital tem o percentual de divisão levando em consideração as regiões, deveriam os editais serem lançados por região.
- Melhor comunicação entre os órgãos de cultura e os fazedores de cultura, principalmente, os que estão fora da capital. Um canal de transmissão pode ser uma boa opção, visto que o algoritmo de redes sociais é algo falho. Melhorias dos formulários e da linguagem utilizada. Melhores prazos de inscrição e orçamentos justos.
- Formação para os fazedores, formação para os pareceristas e para todos e todas envolvidos.
- Que para mestres de cultura e artistas que tenham até a quarta série, as inscrições sejam feitas de forma oral. Neste vídeo, além do artista falar a sua trajetória, no mesmo vídeo fazer a sua proposta e que os editais sejam de premiações nestas categorias.
- Criação de mecanismos de comunicação mais eficazes e acessíveis, garantindo que todas as etnias tenham conhecimento dos editais, seja por meio de rádios comunitárias, material audiovisual em diferentes línguas indígenas, ou visitas presenciais às comunidades. Inclusão de monitores indígenas nas etnoregiões, para auxiliar os povos na compreensão e submissão de projetos, garantindo que cada etnia possa participar com autonomia. Adaptação das plataformas e formulários para que sejam mais acessíveis e compatíveis com a realidade tecnológica das aldeias. Ampliação do prazo de inscrição e a realização de oficinas preparatórias, ministradas por especialistas indígenas, para que os projetos possam ser elaborados de forma mais justa e adequada. Transparência nos processos de avaliação, com a presença de representantes indígenas nas bancas e divulgação detalhada dos pareceres emitidos sobre cada projeto.
- Maior transparência nas avaliações dos mestres e dos projetos, linguagem, editais, ferramentas de confecção e cadastramentos dos projetos mais inclusiva.
- Uma linguagem mais fácil de interpretar e menos burocracia.
- Sempre no resultado dos editais, que sejam detalhados os motivos, itens referentes do edital, que motivaram a reprovação do projeto submetido.
- Facilitar os editais, para os fazedores da cultura, ter uma linguagem apropriada de conhecimento básico para todos.
- Vídeos circulando nas redes sociais do estado, município e federal, explicando o edital passo a passo, reuniões tira dúvidas nas redes

sociais promovida pelo estado e pelo governo federal, grupos de trabalhos com pessoas que estudaram o edital para auxiliar quem tem dificuldade na escrita. Os espaços utilizados podem ser os Céus Usinas da Paz, escolas estaduais e municipais. A Secult e o Minc devem providenciar esse profissional que vai se deslocar até as regiões com dificuldade de acesso, tanto nos interiores e comunidades tradicionais, quanto na cidade em bairros periféricos. Pessoas que estão em locais de difícil acesso à internet, deveriam ter uma pontuação maior na classificação nos editais.

- Melhor seleção de pareceristas, preferencialmente, especializados na área e que sejam de fora do estado.
- Ter critérios mais claros de avaliação. Ter espaços para incluir evidências dos projetos (se for o caso). Deixar mais aberto para não privilegiar grupos minoritários. A distribuição de recursos deve seguir a realidade econômica do Brasil, haja vista a situação do momento.
- Melhor adequação dos recursos, assim, contemplaria mais fazedores de cultura. A questão orçamentária do proponente deveria ser considerada, haja vista que, cada proponente conhece a sua equipe, portanto, não tem nada de *despontuar* projetos, por conta de orçamento inadequados, isso na cabeça do parecerista.
- Critério de avaliação priorizando tempo de vivência cultural, principalmente, para mestres.
- Demorar a questão do conhecimento e pensar uma questão inclusiva para aqueles que realmente fazem cultura com seus próprios recursos, tendo um olhar sensível e o respeito a essa resistência cultural que habita os territórios indígenas e os terreiros de matrizes africanas, a cultura ribeirinha e por conseguinte todos aqueles que de alguma forma tem dificuldades de entendimento ou de acesso a mais informações.
- É necessário que haja um maior investimento em capacitação e acessibilidade por parte do estado. Para concorrer a editais, os fazedores precisam primeiro aprender a elaborar um projeto, precisam aprender sobre captação de recursos, leis de incentivos. O estado também precisa intensificar a atualização do Mapa Cultural, para que possa se basear nele e ter flexibilidade no direcionamento dos recursos.
- Sub-plataformas especializadas de cada área dentro do Mapa Cultural, para agilizar a inscrição e a seleção dos projetos.
- Sou do segmento de Cultura Digital, a expectativa é que seja um processo justo.
- Inscrições por vídeo, dialética do edital, com acessibilidade para os mais leigos. Adequação de membros das comunidades para compreender os textos dos editais.
- Que os editais sejam mais claros para os fazedores de Cultura.
- Simplificar a linguagem, para que os que mais precisam sejam atendidos, ter uma política cultural de financiamento do estado, porque

PNAB E LPG são recursos federais. Ter um esforço de comunicação mais abrangente (newsletter por e-mail, canal de whatsapp, etc), ter mais celeridade nos processos de elaboração dos editais, ter um conselho que receba para trabalhar (porque ninguém deveria trabalhar de graça) e que as reuniões sejam abertas e com divulgação das pautas e encaminhamentos, com participação mais direta da sociedade civil.

- Que os resultados sejam informados de maneira mais clara.
- Que os julgadores sejam das áreas específicas dos eixos. Tornar a linguagem, o texto, acessível e adequado para as áreas da cultura popular.
- Cartilha de orientação para quem submete o projeto, como também para os pareceristas.
- Mais divulgação.
- Redemocratização da forma escrita. Maior acessibilidade popular.
- Menos burocrático.
- Nenhuma empresa, OSC e demais responsáveis por erros não reparados nos editais poderão ser recontratada, o mesmo vale para o parecerista. Devolutivas transparentes e com orientações ao proponente sobre como proceder. Disponibilização de links para emissão de documentos e certidões exigidos. Inscrições por áudio de whatsapp e vídeo. Pareceristas locais para avaliar projetos paraenses e contratados por segmento cultural.
- Que se aceite vídeos, falando como devemos querer os nossos projetos.
- Ter estratégia de apoio, visitas e um levantamento territorial da diversidade cultural que tem dentro de municípios pequenos e que precisam de esclarecimentos para ampliar e elevar seu entendimento da elaboração do projeto, de acordo com o entendimento dos pareceristas.
- Intensificar seminários de capacitação, de elaboração de projetos, letramento digital, sobre editais, etc, no meio urbano, nas aldeias, entre os ribeirinhos e populações tradicionais.
- Para aprimorar os processos seletivos culturais, é essencial garantir transparência, acessibilidade e justiça na avaliação. Editais devem ter linguagem clara, critérios bem definidos e divulgação dos pareceristas. O processo de inscrição deve ser facilitado com plataformas intuitivas, suporte técnico e acessibilidade digital. A burocracia pode ser reduzida simplificando a documentação e aceitando diferentes formas de comprovação.
- Uma capacitação mais atuante do conselho estadual com o município e ouvir os grupos em suas demandas.
- Oficinas sobre os editais para esclarecimentos de dúvidas. Os editais devem apresentar o link onde o proponente possa acessar com mais facilidade as certidões solicitadas. O resultado da análise dos pareceristas devem ser enviados aos proponentes, juntamente com a nota recebida em cada critério de avaliação, para que o mesmo possa

analisar seus erros ou mesmo possa entrar com interposição de recursos caso julgue necessário.

- Desburocratização do processo de inscrição, com exigência reduzida de documentos e alternativas para grupos informais e comunidades tradicionais participarem, sem precisar de CNPJ, criação de uma plataforma mais acessível e intuitiva, com suporte técnico eficiente, incluindo atendimento por telefone e presencial em pontos estratégicos do interior, capacitação para os fazedores de cultura, antes da abertura dos editais, com oficinas presenciais e online sobre elaboração de projetos e inscrição, critérios mais equitativos na avaliação, garantindo que projetos de comunidades periféricas e do interior tenham chances reais de aprovação, adoção de formatos acessíveis para os editais, incluindo vídeos explicativos, resumos em linguagem simples e audiodescrição, transparência nos pareceres, com justificativas detalhadas e possibilidade de revisão criteriosa dos recursos apresentados.
- No eixo que tem a categoria audiovisual, seja dividido nas suas linguagens de produções, documentário, ficção e animação.
- A escolha de pareceristas locais, com notório saber ou com mais experiências em projetos culturais e editais.
- O detalhamento de parâmetros que estabeleçam dentro de cada campo de atuação, contemplando, de forma mais ampla, áreas específicas.
- Oficinas específicas por setoriais. Traçar perfil para os e as pareceristas. Priorizar as pessoas do estado.
- Editais mais enxutos.
- Ter diversidade cultural na avaliação.
- Maior participação social, não somente de quem faz parte do conselho, mas, especialmente, de quem depende de política pública de cultura para sobreviver. Só se aprimora políticas públicas, quando esse diálogo é amplo.

Quanto à pergunta **“7. Outras observações que julgar necessárias”**, foram obtidas as seguintes manifestações:

- O direito às políticas públicas de cultura não está sendo garantido aos povos indígenas do Pará. O cenário atual mostra que, além de não conseguirem acessar os editais, muitos indígenas sequer têm ciência de sua existência. A comunicação continua falha e não há uma política eficiente de inclusão dos povos originários nesses processos. Os poucos que conseguem submeter projetos enfrentam um sistema que não reconhece suas formas próprias de produção cultural e que constantemente os desclassifica.
- A necessidade de pareceristas que entendam a cultura direcionada no projeto. Ampliar o recurso a aportes menores.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- A necessidade de parecerista que entenda a cultura do projeto e ampliar o atendimento de agentes culturais de pequeno porte. Então alguma coisa nesse sentido, aqui, da questão da acessibilidade, porque, então a gente tem que ter a visão, se eu não coloquei no projeto é porque eu já tenho, eu não tenho essa possibilidade. Quanto a acessibilidade, que não a possibilidade de atender de forma completa a *arquitetônica* que inviabiliza realizar propostas na periferia e outras. Formulário de conclusão com muitas repetições.
- Consideração com os mestres idosos.
- O Setorial Cultura Gospel existe, e é relevante como os demais e merece o devido respeito.
- Não se pode lutar contra preconceitos, agindo com preconceitos.
- Clareza no processo de seleção e julgamento de cada parecerista, com notas de texto de forma clara, para que o fazedor de cultura possa prestar atenção naquilo que precisa aprimorar.
- Estou deveras interessada em participar no próximo, e para isso, estou seguindo os pareceres exigidos.
- A necessidade de pareceristas que entendam a cultura direcionada no projeto. Ampliar o recurso a mestres dos saberes de menor porte.
- Sugestão: as oficinas de elaboração de projetos por Regiões de Integração, iniciada no ano de 2024, poderiam continuar, pois essa descentralização da capital, permitiu que mais projetos vindos dos interiores fossem contemplados.
- É necessário observar a relevância dos artistas que não fazem parte do *rol* de amigos de A ou B, por sinal são sempre os mesmos contemplados.
- Mais transparência nas análises dos projetos.
- As respostas a este formulário contemplam a experiência de dois pontos de cultura de Marabá com LPG, o Pontal Instituto Cultural inabilitado de forma equivocada e o Coletivo GAM que enviou relatório de prestação de contas ainda sem retorno.
- A importância de pessoas qualificadas.
- Que o seminário possa garantir a participação na escrita do manual orientador, das soluções às problemáticas externadas pelos agentes culturais e fazedores de cultura, quanto aos processos de participação nos editais efetivados pela SECULT/PA.
- Considerar o tempo indígena pelas dificuldades de compreensão do texto no edital.
- Que os editais sejam mais públicos e que abranjam mais pessoas.
- Acabar com cotas.
- Realizar eventos formativos para os setoriais nas regiões de integração do Pará.
- Ampliação de áreas de atuação para os projetos.
- Por mais editais sobre mestres e mestres grão, que os editais sejam mais abertos e menos burocracia.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Mais transparências nas análises dos projetos.
- Um profissional para receber uma verba destinada à sua área, não precisa necessariamente, entender de outras áreas. Seria curioso que um parecerista, por exemplo, para receber seu dinheiro, fosse exigido que comprovasse que sabia dançar carimbó, no entanto, um fazedor de cultura, para receber o que lhe é de direito, precisa se tornar burocrata, precisa saber um pouco de administração, produção, ser um pouco contador, pedagogo e por aí vai. A política de editais, ainda é um caminho, porém, um caminho competitivo, excludente e injusto.
- Sabemos das dificuldades da máquina estatal na utilização de técnicos e equipamentos para alcançar grande parte dos fazedores de Cultura, proponho formação para agentes municipais de cultura, sobre as políticas culturais e as suas formas de acesso. Esses agentes deveriam funcionar como multiplicadores do fazer cultural.
- Mais clareza dos pareceristas nas suas justificativas.
- Para Pontos e Pontões de Cultura, efetivar a Lei Cultura Viva estadual, já encaminhada ao CEC.
- Sim, a Secretaria de Cultura, tem que fazer com que torne mais fácil os editais de cultura, para os fazedores de Cultura desse estado.
- A acessibilidade não é boa. Alguns mestres e mestras tiveram dificuldades em acessar o conteúdo e interpretar as exigências, para atendê-las.
- Que sejam mais criteriosos.
- Precisamos de uma equipe para dar formação sobre esses protocolos que pede nos editais.
- Dar cota para mulheres, pois são maioria em posições de lideranças.
- Seria interessante uma página que compilasse as etapas do processo dos editais, norteando que em período do processo os proponentes estão vivenciando no momento, como: "período de seleção (encerrado), período de execução (em andamento)."
- Dividir os editais por regiões.
- É preciso contratar pareceristas que conhecem a nossa realidade.
- Precisamos focar na oralidade, porque nossos mestres estão morrendo e com eles a cultura viva vai, a tecnologia precisa ser usada para juntar o tradicional, esse conhecimento oral é o contemporâneo, acho que esse é o nosso maior desafio
- Mesmo sendo repetitivo, é de vital importância e relevância que as ferramentas aqui criadas possam garantir que as avaliações dos pareceristas sejam de fato coerentes e justas, também é vital que os pareceristas sejam escolhidos a dedo e que sejam da região, por exemplo, pareceristas do estado do Amazonas avaliem mestres e projetos do estado do Pará e vice-versa.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

- Um olhar mais carinhoso e respeitoso quanto ao trabalho do setorial Gospel, que tem feito grandes trabalhos e prestado importantes trabalhos em vários segmentos sociais.
- Que seja criado pela Fundação Cultural do Pará um newsletter ou lista de e-mail para qualquer notícia sobre editais, eventos e seminários ou notícias relevantes ao público envolvido com a produção cultural. Quem estiver cadastrado receberá por e-mail. 2) A criação também de um canal no WhatsApp para repassar as mesmas informações. Não seria criação de grupo, e sim, canal no WhatsApp ou até mesmo um canal no Telegram. Os canais do WhatsApp funcionam como uma ferramenta para compartilhar informações com muitas pessoas ao mesmo tempo, como se fosse uma espécie de "mural de avisos". Diferente dos grupos, onde há um limite de participantes e todos podem interagir. Nos canais não há um limite de seguidores, isso significa, que qualquer número de pessoas pode seguir um canal para receber as mensagens enviadas por quem administra ele. É uma forma simples e prática de divulgar conteúdo para um público grande, sem complicações.
- Não eliminar as pessoas por documentos necessários na primeira etapa, enviar e-mail solicitando a documentação. Em caso de eliminação, enviar espelho do projetor, indicando onde foi o erro, a baixa de pontuação, assim podemos melhorar a escrita. Não pontuar baixa por falta de links de matérias de jornais de grandes mídias, para fazedores culturais de periferias da cidade interior e comunidades tradicionais.
- Melhor fiscalização nas vagas para pessoas indígenas. As pessoas indígenas precisam ter ligação real com a sua comunidade, e não simplesmente se declarar indígena.
- Vamos dividir melhor o orçamento, quanto mais proponentes aprovados mais projetos na rua, não vamos concentrar os recursos nas mãos de poucos proponentes.
- Sugestão: suprimir a exigência de comprovação pelo *salic net* de despesas em relação ao projeto.
- Que tenha o perfil traçado para esse parecerista dentro dos conhecimentos amazônicos e que isso possa servir para que nós venhamos a ter a maior acesso possível às políticas públicas, políticas afirmativas da cultura que é o que move esse país.
- Proposições para audiovisual e cultura digital: 1- É de extrema necessidade que todos esses produtores, (sejam independentes ou certificados), se cadastrem no Mapa Cultural do estado, para que dessa forma, o estado possa remanejar corretamente a quantidade de recursos correspondentes à categoria de tecnologias. 2. É necessário que haja uma linguagem mais simples e uma comunicação melhor entre conselho de cultura, Secult e fazedores de cultura, para isso, deve haver participação por parte dos fazedores de cultura. 3. Que o estado flexibilize de forma urgente, a captação de recursos para leis de incentivo

fiscais, como Semear, Rouanet, etc. 4. Que a Secult possa fazer uma espécie de “busca ativa”, por meio de visitas técnicas aos municípios, seja para instruir as secretarias de cultura ou com técnicos próprios para identificar fazedores de culturas de difícil acesso, analfabetos, idosos ou em estado de emergência.

- Orçamento separado para a área de Jogos Digitais, para editais de Jogos Digitais. Diferentes premiações de várias categorias, exemplo: 15 a 20 projetos de 35 a 50.000 reais, 5 a 8 projetos de 100 a 300.000 reais, 2 a 4 projetos de 1 a 2 milhões de reais.
- Que seja um processo honesto e justo para todos os grupos envolvidos.
- Que os editais sejam adaptados para a nossa realidade amazônica.
- Precisamos de um evento, como este seminário, para falar diretamente sobre a pauta Sistema Estadual de Cultura, fundo, CPF da Cultura, com presença de estudiosos do assunto, representantes do governo federal e de outros estados que já implementaram os seus sistemas e, principalmente, presença e posicionamento das autoridades que poderão destravar.
- Que sejam menos burocráticos.
- Criação de um glossário com termos usados, o tempo para recorrer, etc.
- Mais informações.
- Pareceristas, façam avaliações com critérios dentro da arte e cultura, como um todo e, não por achismo do que é relevante culturalmente
- É que o edital realmente atendesse as pessoas que tem grupo.
- Vetar a participação enquanto proponentes de cultura alimentar, o agronegócio, indústria de alimentos, comerciante e fabricantes de agrotóxicos, transgênicos, ultraprocessados, *fast foods* e festivais meramente gastronômicos e arrecadadores de fundos, estabelecimentos comerciais de alimentação que não sejam de base comunitária, campesina e cultural.
- Que as avaliações sejam feitas levando em conta a nossa realidade.
- Atuar de maneira participativa nos municípios diretamente com as secretarias de cultura, para esclarecer, orientar e potencializar esse setor dentro das políticas.
- Estas práticas não devem ser episódicas para garantir, devem ser permanentes para garantir no futuro, profissionais qualificados no campo cultural.
- A sensibilidade com a realidade de cada grupo e seu município.
- Quanto aos resultados de interposição de recursos, já recebi respostas iguais em projetos diferentes. Por isso, a necessidade de cada proponente, receber as suas notas e o parecer de quem o avaliou e o aprovou ou desclassificou, para que o proponente possa fazer a sua análise sobre os erros apontados pelo parecerista e entrar com interposição de recursos mais fundamentado e sabendo onde foi seu erro.

- O modelo atual dos editais não reflete a pluralidade da cultura amazônica, pois favorece apenas segmentos que conseguem lidar com a burocracia e a linguagem técnica exigida. A cultura da Amazônia vai além dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, incluindo também as influências de imigrantes, migrantes, camponeses, trabalhadores urbanos e diversas expressões culturais híbridas que não são contempladas nos editais. Além disso, a participação social nos processos de formulação dos editais precisa ser garantida de forma ampla e democrática. No Seminário "Amazonidade, Transversalidade e Relevância Cultural", os fazedores de cultura do interior e aqueles que participaram remotamente foram excluídos dos debates práticos, tendo apenas o direito de preencher formulários sem possibilidade de discutir ativamente os problemas e soluções. Essa exclusão precisa ser corrigida para que os editais contemplem verdadeiramente todas as realidades culturais do Pará.
- Deixar mais claros os processos de avaliação, no que ganhou pontos. Quais os motivos de ter sido premiado? Enfim, tudo que levou para que aquele projeto fosse premiado e não outro. Precisamos disso de forma mais clara.
- A clareza, dos parâmetros que regem a ampla concorrência.
- Divulgar nomes dos e das pareceristas antes dos resultados.
- Considerar as diversas regiões, segmentos e culturas, bem como, pouco acesso a internet e materiais de audiovisual etc.
- Ser mais responsáveis na avaliação e aplicação, pois muitas pessoas que têm projetos incríveis acabam não passando, pois a avaliação e acompanhamento não os contemplam.
- Entendimento do que seja racismo, gordofobia, homofobia e tantas fobias sociais que assolam esta secretaria. Se ainda vivermos diante de tanto racismo por parte desta secretaria, fica muito difícil avançarmos.

APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS

No decorrer da programação do seminário, diferentes grupos realizaram apresentações artístico-culturais, representando parte da pluralidade cultural da amazonidade que forma o povo do Pará.

BOI MARRONZINHO DA TERRA FIRME



O Movimento Cultural Amazônico Boi Marronzinho, fundado em 19 de junho de 1993, com sede localizada na Passagem Brasília, 170 – Terra Firme – Belém – Pará – Amazônia – Brasil, é uma organização voltada a valorização, proteção e salvaguarda da cultura popular de rua do folguedo boi bumbá, como ferramenta de transformação social, combate à violência e ao trabalho infantil, bem como, das lutas e disputas pelo direito socioambiental à cidade e a sustentabilidade. PRINCIPAIS OBRAS E PREMIAÇÕES: Periferia Viva 2024; Prêmio Preamar de Cultura/2019; Seleção Musical Projeto MOA/UFGA, com canção Brilho nos Olhos, disponível nas plataformas digitais/2019; Certificado Honra ao Mérito ao Boi Marronzinho pela Comissão de Regularização Fundiária/UFGA, pelos serviços prestados à comunidade/2019; Apresentação do Auto do Boi Ressuscitado na 22ª Feira do Panamericana do Livro/2018; Parceria CAU-PA em 7 Rotas de vivência sociocultural na Terra Firme, em Macapá – 2017 a 2022; Participação em Rodas de Conversa no Pará, Amapá, Amazonas, Maranhão, Piauí e Acre – parceria UFGA-Rede Amazônia.

GRUPO DE CARIMBÓ BICO DE ARARA



A história do Grupo de Carimbó Bico de Arara iniciou-se na década de 1989, pelos botecos da Ilha de São João dos Ramos, distrito pertencente ao município de São Caetano de Odivelas, estado do Pará. Naquele momento a vila não desfrutava de energia elétrica, visto que somente os geradores movidos a óleo proviam o necessário, todos os encontros em bares e barracões eram motivos para buscar os curimbós, ronco da onça (cuíca), maracás e banjo, junto com instrumentos de sopro. A partir dessas reuniões instrumentais, sobretudo realizadas pelas mesmas pessoas e seus respectivos instrumentos, ouve a sugestão de um morador para se criar um grupo de carimbó, naquele momento intitulado de “Bico de Arara”.

Sua primeira formação era composta por Mestre Tereua (falecido), seu Bené (falecido), Chico Siriubeira (falecido), Silvio Maradona, Mestre Birá e Jonilson Pachanga. Ao longo de vinte anos, o grupo participou de eventos dos clubes locais, de aniversário de moradores e de festas promovidas pela associação da comunidade, bem como, já passou por várias formações, os atuais são: Mestre Birá, Adenilson Sousa, Anderson Armínio, Junior Chagas, Joel Rodrigues, Beatriz Sarmiento, Renatinho Chagas, Renato Rodrigues, Murilo Albuquerque, Lucilea Rodrigues, Adriano Vieira, Wilson Rodrigues, Silas Rodrigues, Renato Saldanha.

Por sua formação ser de pescadores e filhos de pescadores nos definimos como Carimbó Pesqueiro.

A primeira tocada fora de São Caetano de Odivelas foi no Arraial de Todos os Santos promovido pela Fundação Cultural do Pará, o ano foi 2022, 2023 e 2024, fomos novamente representar o município de São Caetano neste palco tão representativo para a cultura paraense.

MAERY CAPOEIRA



Mestre coordenador geral do grupo de capoeira, Maery Capoeira promovendo a cultura através das culturas negras, capoeira, samba, maculelê e samba de roda. Presente em três espaços em Ananindeua consolidam-se semanalmente em treinamentos e ensaios. Desde 1997, desenvolve o trabalho da arte capoeira e culturas negras em Ananindeua-PA.

Treinamento intensivo, reunido uma vez por semestre, para este treinamento que é nos domingos de horário integral, onde são ministrados conteúdos sobre consciência social, capacitação sobre qualidade de vida esportiva, saúde e imersão cultural.

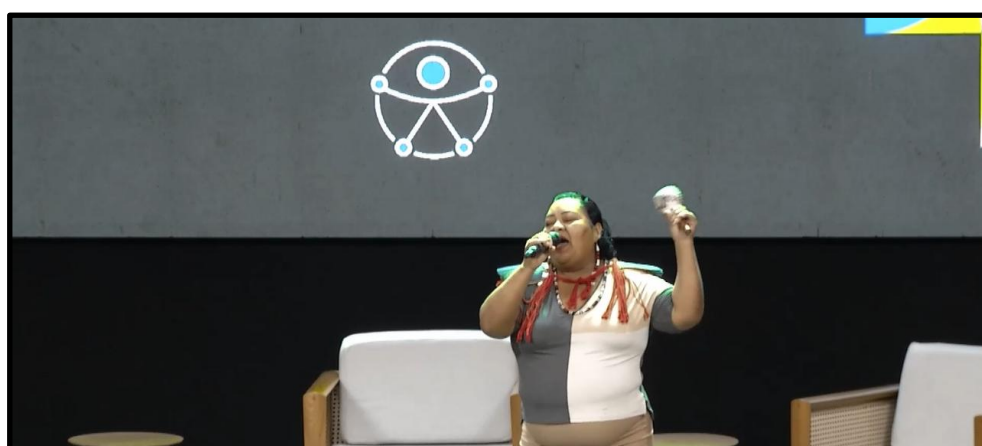
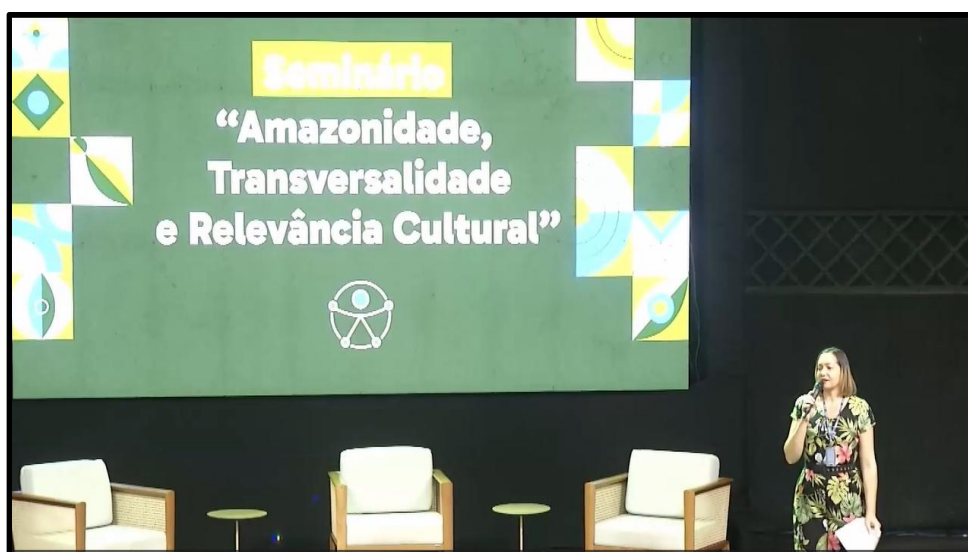
Realizado a cada dois anos, o Intercâmbio Cultural Maery Capoeira visa promover um misto de culturas para seus alunos e a comunidade da capoeira, gerando interação das culturas com os capoeiristas, dentre elas: Maculelê, Samba de roda e Carimbó.

Atualmente Maery possui quatro centros de treinamentos 1 - Centro Comunitário Saint Clair Passarinho, Ananindeua - PA, desde 2010. 2- Centro Comunitário Ariri, Ananindeua - PA, desde 2002. 3- Escola João Paulo II, Cidade Nova 6, Ananindeua-PA. 4 - Igreja Batista de Primavera, PA, desde

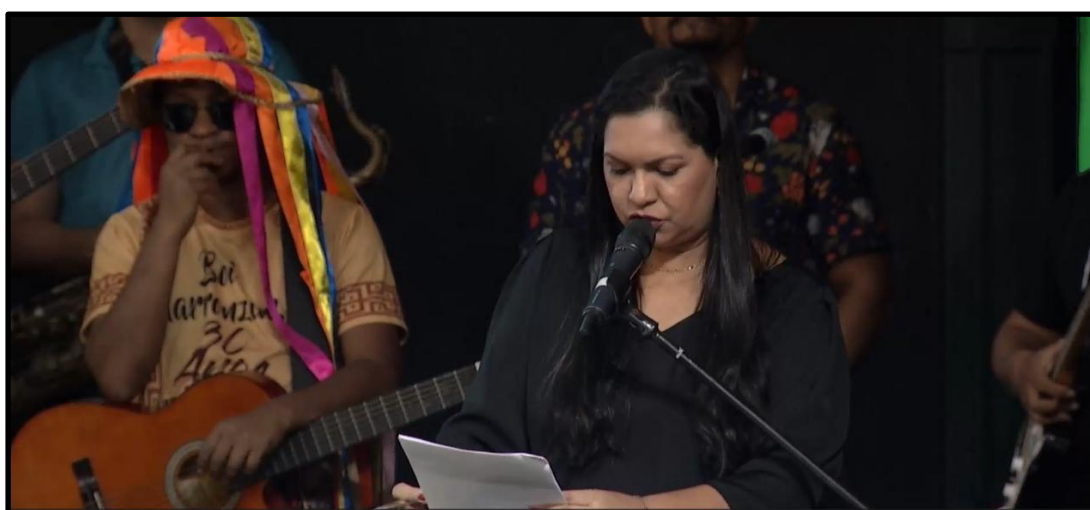
2019. Os projetos visam alcançar a comunidade local, promovendo a capoeira como resgate das crianças e adolescentes em áreas de risco, oferecendo oportunidade esportiva e filosofia de vida na prática do bem.

Desde 2020, uma vez ao ano é desenvolvido em parceria com balanço de *maré*, oficinas e instruções, voltado para a capoeira e incentivo cultural, para crianças e adolescente do projeto e capoeiristas de Belém e regiões.

MEMÓRIA DO EVENTO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA



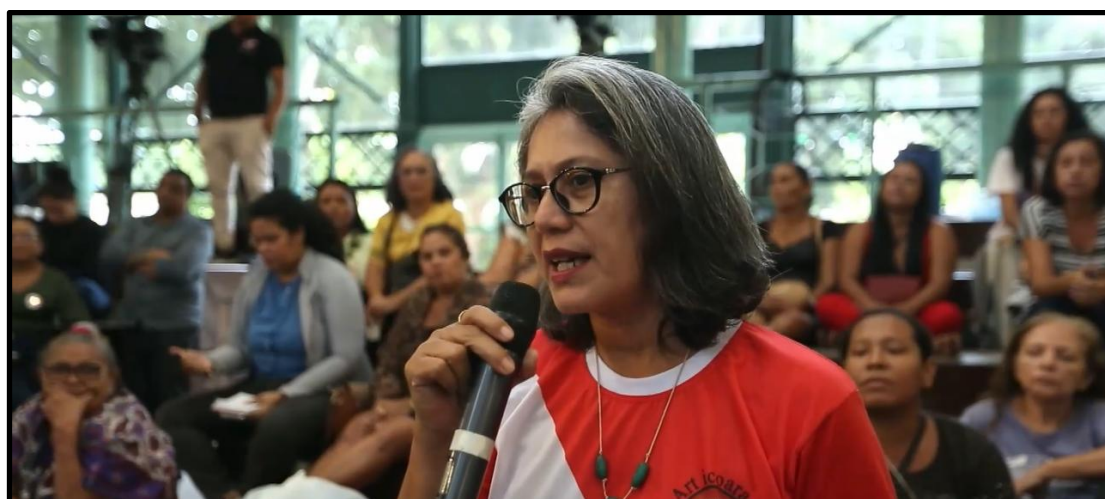




GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA



CONCLUSÕES

O estado do Pará, ocupa significativa proporção do território da Amazônia brasileira, sendo profundamente atravessado pela pluralidade étnico-cultural, o que torna desafiadoras as ações do Poder Público e da Secretaria de Estado de Cultura, visando assegurar a efetivação do direito à cultura.

As dificuldades em relação aos editais, esbarram na complexidade e extensão dos seus textos, o que obstrui o entendimento das questões essenciais sobre os procedimentos a serem adotados para formatar e submeter as propostas. De outra parte, no que se refere à utilização da internet, destaque-se que muitas comunidades, municípios e na própria administração pública, esses instrumentos ainda não estão disponíveis, o que gera dificuldades por parte dos agentes culturais, seja na obtenção de informações, assim como para submeter propostas aos editais publicados, porque, em muitos casos, os fazedores de cultura tentam suprir essas carências, servindo-se dos dados móveis de telefones particulares, porém, nem sempre conseguem sanar tais dificuldades e acabam prejudicados e eliminados dos processos por falta/queda do sinal de internet, problemas de congestionamento e orientação adequada no Portal Mapa Cultural.

Os editais apresentam diferentes obstáculos: sua linguagem excessivamente técnica; falta de elucidação de expressões jurídicas; termos muito rebuscados em linguagem que dificulta o entendimento; não chegam a todo o público a que ou quem se destina; estão organizados em muitas páginas e com pouca objetividade para dizer o que realmente se quer do agente cultural.

Outra dificuldade, refere-se ao Portal Mapa Cultural do Pará, pois diversos campos que precisam ser informados pelos agentes culturais, geram dúvidas na hora de realizar o preenchimento e não se tem a quem recorrer, pois, quando há um canal de comunicação, ocorre a omissão institucional dos servidores da SECULT/PA em responder, ou a demora em prestar os devidos esclarecimentos a quem demandou. Tais fatores geram aborrecimentos e até fazem com que os proponentes desistam de concorrer aos editais, devido ao

excesso de burocracia. É preciso, portanto, ajustar e aprimorar o sistema, deixando-o mais operacional e interativo possível.

A formação continuada dos agentes culturais (assim como de servidores das Secretarias Municipais de Cultura ou de agentes das comunidades e distritos, que já fazem uso das tecnologias), é indispensável, para lidar com a leitura e análise dos editais. A formulação dos projetos e propostas de submissão e a utilização do sistema disponível no Portal Mapa Cultural do Pará, deve ocorrer com frequência e, preferencialmente, em momento que antecede a publicação dos editais, o que facilitaria tanto o acesso às informações indispensáveis para construir os projetos, quanto à maneira de como se deva proceder ao alimentar as informações e documentos digitais no sistema eletrônico.

Torna-se urgente a criação de canal específico de comunicação sobre os editais e procedimentos operacionais para submissão das propostas, inclusive, com a presença de técnico com capacidade de esclarecer as dúvidas encaminhadas pelos agentes culturais, dentro do prazo compatível para prosseguir com o processo de submissão das propostas e de eventuais recursos das decisões.

As solicitações dos documentos do tipo certidões, geram muitas dificuldades, pois, não se esclarece o procedimento de como extraí-los para depois anexá-los no Portal Mapa Cultural do Pará, o que acaba prejudicando os agentes culturais que também não dispõem de internet em suas comunidades ou municípios desprovidos desse recurso tecnológico. Além disso, é preciso verificar a extensão dos arquivos solicitados no sistema eletrônico, pois, em certas ocasiões, os documentos que devem ser anexados são rejeitados por conta da capacidade de armazenamento.

A exigência de conta específica em determinada agência bancária, também atrapalha o agente cultural, seja porque ele perderá tempo para abrir uma nova conta, seja porque, caso já tenha a sua ativa, fica impedido de utilizá-la.

Que os pareceristas tenham efetivo conhecimento sobre a realidade amazônica e da pluralidade cultural existente; sejam chamados aqueles com residência em estados da região Norte; atentem para as dificuldades enfrentadas pelos

agentes culturais; que produzam seus pareceres a partir dos critérios objetivos, explicitando as notas e os motivos da aprovação e da desclassificação.

Quanto aos critérios adotados para avaliar os projetos submetidos aos editais, uma parte dos agentes culturais disse que estão claros, mas, uma proporção significativa dentre os que responderam o formulário indicou que não, ou, registrou parcialmente. Destaque-se que embora esses critérios avaliativos sejam disponibilizados junto aos editais, precisam ser revistos, porque nem sempre os quesitos estão expressos de forma objetiva, dando margem a subjetivações por parte dos avaliadores; ao atribuírem as notas em cada proposta, os pareceristas penalizam ainda mais os grupos vulneráveis, pois estes não têm domínio do processo de formulação, enfrentam as barreiras tecnológicas, na maioria dos municípios, seus distritos e comunidades, são desassistidos pelas secretarias municipais e também pelo estado. Deve-se, portanto, avaliar em cumprimento a critérios claros e bem objetivos, definidos a partir do diálogo com a sociedade civil.

Os processos avaliativos que ocorrem em formato atual, têm privilegiado agentes culturais de determinadas regiões de integração em detrimento das outras, por isso, seria importante pensar em fixar cotas a serem implementadas em cada uma dessas regiões. Da mesma forma, é necessário que ocorra com maior rigor a identificação de quem se declara cotista, a fim de evitar possíveis fraudes, o que também geraria injustiças durante o processo, porque determinado agente cultural estaria ocupando de maneira indevida uma vaga reservada a pessoa cotista.

São diversas as sugestões apresentadas pelos agentes culturais, visando-se ao aprimoramento dos processos seletivos e das políticas públicas culturais, tais como: melhorar a linguagem dos textos dos editais e torná-los mais simples e menos densos na quantidade de laudas; promover formação continuada (oficinas e cursos) aos fazedores de cultura, a fim de habilitá-los para a escrita de projeto, conhecimento das regras das políticas culturais de incentivo e manuseio do sistema de submissão das propostas; possibilitar as inscrições mediante apresentação de vídeos, principalmente aos agentes culturais com escolarização completa ou incompleta até o ensino fundamental; tornar menos burocrática a solicitação dos documentos da fase de habilitação, inclusive,

informando-se os links de como proceder para obtê-los em diferentes órgãos exigidos nos editais; melhorar o sistema do Portal Mapa Cultural do Pará; disponibilizar canal tira dúvidas a respeito de processos seletivos, editais e as políticas culturais; criar documentos audiovisuais adaptados às diferentes linguagens indígenas, comunidades, distritos e regiões de integração; criar cotas para o segmento LGBTQIAPN+; elaborar pareceres descritivos que indiquem as notas e os motivos das aprovações e desclassificações dos agentes culturais; melhorar a participação social na elaboração e avaliação das políticas públicas de cultura; que os critérios avaliativos sejam melhor explicitados para evitar subjetivações; qualificar pessoas das aldeias, comunidades, distritos e municípios, a fim de que possam ser agentes multiplicadores para auxiliarem no acesso às informações, na elaboração e submissão dos projetos aos editais; que sejam publicados editais por segmentos culturais; que haja cota diferenciada a artistas individuais e coletivos culturais; que sejam respondidos em prazo razoável os recursos interpostos; transformar o portal Mapa Cultural do Pará em plataforma mais acessível ao usuário, permitindo o acesso eficaz em diferentes equipamentos tecnológicos.

Ainda, convém destacar, as seguintes sugestões: a criação de uma newsletter, um canal de WhatsApp, ou lista de e-mail, para tornar acessível qualquer notícia sobre editais, eventos e seminários ou notícias relevantes ao público envolvido com a produção cultural; exercer a efetiva fiscalização quanto à identificação dos agentes culturais que se autodenominam vinculados às cotas; aumentar os valores a serem concedidos aos projetos classificados e ampliar o número de agentes culturais e coletivos beneficiados; efetivar por região de integração as oficinas e minicursos de elaboração de projetos e submissão a editais.

REFERÊNCIAS

PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PARÁ. **Formulário de inscrição para o seminário Amazonidade, Transversalidade e Relevância Cultural**. Aplicado, via Google Forms, entre os dias 27 de janeiro a 8 de fevereiro de 2025. Belém, Pará. 2025.

PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PARÁ. **Orientações para os trabalhos a serem realizados nos eixos temáticos**. 09 de fevereiro de 2025. Aplicado, via Google Forms, no dia 9 de fevereiro de 2025. Belém, Pará. 2025.

PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PARÁ. **Acervo audiovisual produzido por ocasião da realização do seminário Amazonidade, Transversalidade e Relevância Cultural**. 09 de fevereiro de 2025. Produzido nos dias 8 e 9 de fevereiro de 2025. Belém, Pará. 2025.